

- MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SESC Nº 001/2026.
- INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: SESC Nº 011/2026.
- OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE COM CUSTOMIZAÇÃO, LICENÇAS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DE NOVAS VERSÕES PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO SESC CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO COM VIGÊNCIA DE 12 MESES, VISANDO ATENDER AS UNIDADES OPERACIONAIS NO QUAL CONSTAM MUNICÍPIOS NOS QUAIS O SESC DESENVOLVE AÇÕES EM SAÚDE (MUNICÍPIOS: FORTALEZA, CAUCAIA, IGUATU, SOBRAL, ITAPIPOCA, TABULEIRO DO NORTE, JUAZEIRO, CRATO, BREJO SANTO, ARACATI, CRATEÚS, IBIAPINA, QUIXERAMOBIM, GONÇALO DO AMARANTE), DE ACORDO COM AS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES, OBRIGAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES EXPRESSAS NESTE INSTRUMENTO.
- TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global.
- MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
- DATA DE ABERTURA: 19 de fevereiro de 2026.
- LOCAL DE REALIZAÇÃO: Site do Sistema Compras do Governo Federal - COMPRASGOV.
- HORA DE ABERTURA DA SESSÃO: às 08:30min.
- UASG: 451023 – Serviço Social do Comércio-SESC/AR/CE.

EDITAL DE ABERTURA

O **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC/AR/CE**, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída mediante a **Portaria de nº 011, de 17 de dezembro de 2024**, juntada ao processo administrativo de que trata esta licitação, torna público que se acha aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO SESC Nº 001/2026** com respectivo **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO SESC Nº 011/2026**, sendo a presente licitação e a subsequente contratação regidas pelo Regulamento de Licitações e Contratos do **SESC/AR/CE (Resolução SESC nº 1.593/2024)**, bem como, pelas disposições fixadas no presente Edital e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. Na data, no horário e no endereço eletrônico acima indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio do sistema de Compras do Governo Federal - COMPRASGOV. *Para fins de localização do presente processo licitatório no sistema COMPRASGOV, é necessário considerar a numeração em epígrafe antecédida pelo número 90 000 para realização de busca no sistema, exemplo: para localizar a licitação 001/2026, o número a ser pesquisado no sistema COMPRASGOV será 90001/2026.*

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE COM CUSTOMIZAÇÃO, LICENÇAS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DE NOVAS VERSÕES PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO SESC CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO COM VIGÊNCIA DE 12 MESES, VISANDO ATENDER AS UNIDADES OPERACIONAIS NO QUAL CONSTAM MUNICÍPIOS NOS QUAIS O SESC DESENVOLVE AÇÕES EM SAÚDE (MUNICÍPIOS: FORTALEZA, CAUCAIA, IGUATU, SOBRAL, ITAPIPOCA, TABULEIRO DO NORTE, JUAZEIRO, CRATO, BREJO SANTO, ARACATI, CRATEÚS, IBIAPINA, QUIXERAMOBIM, GONÇALO DO AMARANTE), DE ACORDO COM AS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES, OBRIGAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES EXPRESSAS NESTE INSTRUMENTO.

1.2. Em caso de discordância existente entre os locais de entrega descritos no COMPRASGOV e os estabelecidos neste Edital, prevalecerão estes.

1.3. Administração Regional do SESC/AR/CE manterá sob sigilo o orçamento da contratação até o encerramento da fase de lances *(Em sede de licitação, na modalidade pregão, não se configura violação ao*

princípio da publicidade o resguardo do sigilo do orçamento estimado elaborado pela Administração até a fase de lances, sendo público o seu conteúdo após esse momento. Acórdão nº 2080/2012 – Plenário – TCU).

2. ÓRGÃO PROMOVENTE DO CERTAME

2.1. **ÓRGÃO PROMOVENTE:** SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO-SESC/AR/CE - UASG: 451023.

2.2. A tabela de descrição e distribuição das quantidades consta no Termo de Referência-ANEXO I.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Regulamento de Licitações e Contratos do SESC – Resolução nº 1.593/2024 e legislação correlata.

3.2. Demais exigências deste Edital e seus anexos.

4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

4.1. Os documentos que integram o Edital serão disponibilizados no portal Compras do Governo Federal e no site oficial do SESC/SENAC/AR/CE.

4.2. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão estas.**

4.3. **Mesmo em caso de expressa contradição entre as especificações acima citadas, não se alegará indução ao erro, devendo a licitante se atentar unicamente às descrições do objeto contidas neste Edital.**

5. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Até às 17h (horário de Brasília/DF) do **terceiro dia útil** anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **impugnar** ou solicitar **esclarecimentos** quanto ao ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico: licitacao@sesc-ce.com.br.

5.1.1. O contato com a CPL/Pregoeiro é sempre formal, mediante solicitação de esclarecimento ou pedido de impugnação aos termos do Edital que devem ser encaminhados pelo e-mail acima definido.

5.2. A impugnação não incide efeito suspensivo automático, devendo o **SESC/AR/CE** decidir sobre as eventuais impugnações apresentadas em **até 24 (vinte e quatro) horas antes** do prazo previsto para a abertura do certame.

5.3. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, deverá no prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas antes** da data prevista para a abertura do certame, prestar os esclarecimentos porventura solicitados.

5.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico (site oficial do **SESC/AR/CE** e **COMPRASGOV**) para conhecimento de todos os interessados.

5.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, **caso seja alterado a formulação da proposta de preço**, será definida e publicada nova data para realização do certame.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC) e no Sistema de Compras do Governo Federal - COMPRASGOV,

preferencialmente por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto a sítio governamental, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

6.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do **SESC DO ESTADO DO CEARÁ** (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. É de responsabilidade da Cadastrada conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

7.1.1. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

7.2. A licitante deverá estar devidamente credenciada junto ao registro cadastral atualizado no SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC) e no Sistema de Compras do Governo Federal - COMPRASGOV.

7.3. A licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 26, § 4º, do Decreto n.º 10.024/2019.

7.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” ou assinalará em campo próprio do Sistema eletrônico COMPRASGOV, relativo às seguintes declarações:

- a) Manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- b.1.) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- b.2.) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;
- c) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- d) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências deste Edital;
- e) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f.1.) Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
- f.2.) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f.3.) Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- g) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- g.1.) Que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- h) Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- i) Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.4.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

7.5. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO OU PARTICIPAR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO OU DA ORDEM DE FORNECIMENTO DELA DECORRENTE:

7.5.1. O autor do Termo de Referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica e;

7.5.2. **As empresas:**

7.5.2.1. Apenadas com a suspensão do direito de licitar com o SESC/AR/CE (Resolução nº 1.593/2024) e com o SENAC/AR/CE (Resolução nº 1.270/2024), ou que se encontrem em processo de falência, fusão, cisão, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

7.5.2.2. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

7.5.2.3. Cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Edital;

7.5.2.4. Cujo (s) sócio (s), gerente (s) ou diretor (es) sejam cônjuge (s), companheiro (s) ou parente (s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de dirigente ou empregado dos **SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS** ligados ao **Comércio de Bens Serviços e Turismo**.

8. DA AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO.

8.1. Não poderá participar da presente Licitação a empresa que, vencedora em licitação anterior, esteja em atraso na entrega, total ou parcial, dos bens ou serviços que lhe foram adjudicados, bem como, aquelas que, contratadas nos **últimos 06 (seis) meses**, tenham descumprido o contrato ou a Ata, independentemente da modalidade de aquisição, ou que tenha sofrido qualquer penalidade aplicada pelo **SESC** ou **SENAC**.

8.2. Constatada a existência de sanção ou inaptidão de participação, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, **por falta de condição de participação**.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

9.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço unitário para cada item e o valor total para o Lote Único Global, conforme o critério de julgamento estabelecido neste Edital, a ser preenchida nos campos próprios do sistema COMPRASGOV, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2. Após a finalização da fase de lances e então julgamento das propostas comerciais, a licitante melhor classificada deverá enviar no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação para análise.

9.3. O envio dos documentos de proposta e habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.4. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurando às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.6. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão realizar alterações na proposta comercial cadastrada anteriormente no sistema.

9.7. Os documentos que compõem a proposta comercial e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances quando do envio de tais documentos, mediante solicitação do pregoeiro via chat.

9.8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

9.8.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total do item e/ou lote;
- b) Descrição do serviço;
- c) Quantidades mensais e anuais

9.8.1.1. Deverá atentar-se a descrição detalhada do objeto, as informações e especificações, no que for aplicável, quantidades, etapa, todas necessárias a identificar os itens, as quais estarão constando no sistema COMPRASGOV.

9.8.2. A licitante deverá consignar em campo adequado do sistema eletrônico o valor unitário de cada item e, se for o caso, de cada item que compõe o grupo/lote, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive eventual recolhimento de diferença de alíquota de ICMS quando da hipótese de entrada do (s) produto (s) no Estado do Ceará. A nota fiscal deverá constar o valor referente à execução do item e sua entrega (imposto ISS deve ser recolhido pela fornecedora).

9.8.2.1. **Os valores unitários e totais da proposta deverão ser expressos com, no máximo, 2 (duas) casas decimais após a vírgula.** Caso a licitante apresente proposta com mais de duas casas decimais, o sistema/pregoeiro realizará o arredondamento para duas casas decimais, utilizando a regra matemática padrão (menor que 5 arredonda para baixo, 5 ou maior para cima).

9.8.3. **Quando houver divergência nos serviços do item no sistema com a proposta inicial ambas executadas pela licitante, o pregoeiro sinalizará para a devida correção, no entanto, havendo inércia ou permanência da licitante em sanar o erro, esta será automaticamente desclassificada.**

9.8.4. Não será aceita oferta de objeto com especificações de características inferiores das indicadas nos Anexos deste Edital. **Em caso de divergência entre as especificações técnicas descritas no Sistema COMPRASGOV e as descritas neste Edital, prevalecerão estas.**

9.8.5. No caso de sistema de registro de preços quando a proposta da licitante vencedora não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto na Resolução SESC nº 1.593/2024, e da legislação vigente.

9.8.6. Na proposta cadastrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas no presente Edital.

9.8.7. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) Manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) Declara que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas Infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.
- c) Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.
- d) Inexiste impedimento à sua habilitação e comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva à entidade contratante.
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- g) Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

i) Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

9.9. A proposta deve estar nos padrões da Cláusula Quarta do TR, bem como anexo V do TR.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. No dia e na hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio do COMPRASGOV.

10.2. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Incumbirá à licitante **acompanhar** as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, podendo ser acompanhada por todas as licitantes.

11. DA FASE COMPETITIVA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. A abertura da presente licitação, com o início da fase de lances, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, no horário e no local indicados neste Edital.

11.2. Será desclassificada desde logo a licitante que no momento do preenchimento da Proposta Inicial no Sistema COMPRASGOV identifique sua empresa, salvo se a marca for inerente ao próprio fabricante/licitante (quando couber), o que não se confunde quando da convocação para envio da proposta final e ajustada.

11.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.3.1. A classificação inicial da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas cadastradas para participação na fase de lances.

11.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário e total do item para o Lote Único correspondente.

11.6.2. Os preços deverão ser expressos em reais, **com até 2 (duas) casas decimais em seus valores unitários e globais**. Caso a licitante apresente proposta com mais de duas casas decimais, o sistema/pregoeiro realizará o arredondamento para duas casas decimais, utilizando a regra matemática padrão (menor que 5 arredonda para baixo, 5 ou maior para cima).

11.7. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão.

11.8. A licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$0,05 (cinco centavos).

11.9.1. O Pregoeiro durante a sessão poderá estabelecer um intervalo mínimo entre cada nova rodada e/ou lances, com o fito de obtenção de celeridade e economicidade processual.

11.10. Será adotado para envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”** onde as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10.1. A etapa de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, iniciará a etapa de lances fechado, onde o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.10.3. A licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

11.10.4. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

11.10.5. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 11.10.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.10.6. Poderá o pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechada atender às exigências de habilitação.

11.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

11.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, responsável pelo sistema COMPRASGOV.

11.12.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

11.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.14. Para fins de classificação, não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido. Os termos da proposta, se vantajosos ao **SESC/AR/CE**, vinculam a licitante e serão integralmente exigíveis.

11.15. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero.

11.16. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

11.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

11.17.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será **suspensa e reiniciada após aviso** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18. O **CRITÉRIO DE JULGAMENTO** adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme definido no Termo de Referência-Anexo I deste instrumento.

11.19. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta cadastrada previamente no sistema.

11.20. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. (**Acórdão nº 6192/2020 – primeira câmara/TCU**).

11.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.24. A ordem de apresentação pelas licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.1.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo **SESC/AR/CE**.

12.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

12.1.3. Em caso de problemas técnicos no sistema, as licitantes deverão entrar em contato com o COMPRAGOV, pois a comunicação com a CPL/Pregoeiro é sempre formal e mediante chat do sistema.

12.1.4. Com o intuito de tornar mais célere o processo, as licitantes deverão responder aos questionamentos formulados pelo pregoeiro no chat durante a fase de negociação no prazo de até 15 minutos. Caso não haja manifestação no prazo estipulado, caracterizar-se-á o abandono e, por conseguinte, a desclassificação da licitante em virtude de abandono. Nesse caso, a negociação será realizada com a próxima licitante na ordem de classificação.

12.1.5. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

12.2. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará os valores propostos e/ou negociados com a classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação, e solicitará para verificação os documentos de habilitação da licitante nos termos exigidos neste Edital.

12.3. Em caso de negociação frustrada com a classificada em primeiro lugar, permanecendo os valores oriundos da fase de lances acima do valor estimado, ou se a licitante não atender às exigências da habilitação, o Pregoeiro examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de valores que atendam aos requisitos deste Edital.

12.4. O Sesc poderá realizar diligência (s) a qualquer tempo, mediante visitas in loco e/ou consulta a sites, portais e/ou correlatos que se façam necessárias, independentemente da fase do certame, mesmo durante a vigência do instrumento contratual.

13. DO ENVIO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS READEQUADAS

13.1. O pregoeiro solicitará a licitante mais bem classificada para no prazo de **até 2 (duas) horas**, após realizada a negociação, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado ou valor oriundo de negociação.

13.1.1. O prazo previsto no item 13.1 deverá ser cumprido e, caso a licitante não encaminhe a proposta readequada no prazo concedido, o processo será adjudicado, homologado e celebrada a Ata de Registro de Preço tomando por base o último lance de menor valor registrado no sistema (proposta mais vantajosa), ou preço final reduzido (acordado no chat do sistema) após a fase de negociação com a licitante melhor classificada. Nas hipóteses o prazo de validade da proposta negociada inicia-se no primeiro dia útil subsequente a adjudicação do processo. *(Nota explicativa: Adjudicação é o ato de atribuir ao licitante vencedor, após o julgamento das propostas, o objeto licitado, ao passo que a homologação é o ato realizado pela autoridade competente, após a fase de julgamento, adjudicação e decorridos todos os prazos de recurso, pelo qual se ratifica todos os atos anteriores, confirmando sua validade perante a lei).*

13.1.2. A proposta de preços readequada deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, **conforme Modelo de Apresentação de Proposta - Anexo V**, e dela deverá constar:

- a) Identificação social, número do CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários, número de fax e indicação de endereço eletrônico (*e-mail*);
- b) Indicação do responsável pela assinatura da ARP, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;
- c) **Prazo de validade da proposta de 90 (noventa) dias**, a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. Em caso de recurso, suspende-se o prazo de validade da proposta até a divulgação do julgamento do recurso. **Nota explicativa, sobre o tema se manifestou o TCU:** "(...) O prazo de validade da proposta difere do prazo de validade do preço registrado na ata. *"Empresas habituadas a participar de licitações para registro de preços sabem que, independentemente, do prazo de validade da proposta que apresenta no certame (que será de 90 dias, se outro não estiver consignado no edital), estará obrigada a honrar o preço registrado na ata por todo o período de sua vigência"*, nos termos do Decreto 11.462/2013. Além disso, o mesmo decreto prevê *"condições em que os preços registrados poderão ou serão revistos"*. Por fim, acrescentou que *"a fixação do prazo de validade das propostas tem a ver com o tempo previsto para a conclusão do certame, e não com o prazo contratual de manutenção do preço ofertado na licitação"* (Acórdão 521/2014-Plenário, TC 024.936/2012-0)."
- d) Indicação única de preço (R\$) com exibição do valor unitário e total do item, em algarismos;
- e) Descrição clara do objeto cotado, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência, com a devida indicação do item ou Lote a ser homologado.

13.1.3. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham folhas timbradas com o nome, o logotipo ou a logomarca da licitante.

13.1.4. O Pregoeiro examinará a proposta enviada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e/ou negociado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

- a) O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do **SESC/AR/CE** ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- b) Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- c) Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- d) Não serão aceitas propostas com valor unitário e global superior ao estimado e/ou negociados ou com preços manifestamente inexequíveis.
- e) Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
- f) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma da legislação, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
 - I - Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
 - II - Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
 - III - Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
 - IV - Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

- V - Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- VI - Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com o **SESC/AR/CE** ou com a iniciativa privada;
- VII - Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- VIII - Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- IX - Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- X - Estudos setoriais;
- XI - Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual e Municipal;
- XII - Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;
- XIII - Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

13.1.4.1. O Sesc poderá realizar diligência (s) a qualquer tempo, mediante visitas in loco e/ou consulta a sites, portais e/ou correlatos que se façam necessárias, independentemente da fase do certame, mesmo durante a vigência do instrumento contratual.

13.1.5. Serão desclassificadas as propostas de preços readequadas que:

- 13.1.5.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 13.1.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência-Anexo I;
 - 13.1.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação e/ou negociado;
 - 13.1.5.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida a demonstração;
 - 13.1.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável, bem como apresentar alternativas de fornecimento ou de preço, para o mesmo produto e/ou serviço e;
 - 13.1.5.6. No caso de desconformidade ao que preceitua o item 9.8.3 da Cláusula Nona.
- 13.2. Quando do envio da proposta reajustada, a licitante interessada poderá evidenciar informações que eventualmente tenham constado de forma implícita na proposta originária.**

13.2.1. Os preços ofertados, tanto na proposta cadastrada para a fase de lances como na proposta readequada, serão de única responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.2.2. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição.

13.3. Poderão ser exigidos, como critério de classificação de proposta, certificado, laudo ou documento análogo que tenha capacidade de demonstrar a qualidade do objeto ou processo de execução, emitido por instituição oficial competente ou por instituição credenciada, e/ou comprovação de que o objeto atende às normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes.

13.4. Seguir o que estipula a Cláusula Quarta do TR pois fala das especificações e apresentação da Proposta.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos “protocolos” ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

14.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- c) Comissão de Análise de Infração Contratual SESC/SENAC/AR/CE;
- d) Departamento Nacional do Sistema Fecomércio;
- e) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, no Portal de Transparência do Governo Federal e;
- f) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no Portal de Transparência do Governo Federal

14.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante;

14.1.3. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 13.1 deste edital.

14.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

14.2.1. Poderão ser solicitados os documentos pertinentes à habilitação também via sistema durante a sessão.

14.3. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

14.4. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

14.4.1. Poderão ser diligenciados aos sítios eletrônicos oficiais emissores da (s) documentações pertinentes à habilitação fiscal, para obtenção da (s) certidão (ões) atualizada (s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

14.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

14.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.7. Ressalvado o disposto no item 14.2 (As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas), as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

14.8. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **Portal do Empreendedor**;
- c) No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório e de identificação de seus administradores;
- d) Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como ato de nomeação ou eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente.

14.9. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

14.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

14.9.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei.

14.9.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.9.5. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.9.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal para microempresas e empresas de pequeno porte, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério do SESC/AR/CE**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.9.7. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

14.9.8. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.9.9 A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

14.10. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

14.10.1. Documentos para avaliação da qualificação econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica ou, se for o caso, de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, as quais deverão ser **expedidas até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação**, quando do documento não constar data expressa de validade;

b) Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido na alínea “a”.

14.10.2. Balanço Patrimonial já exigível e autenticado na Junta Comercial, vedada a sua substituição por balancetes (registrado) ou balanços provisórios.

14.10.3. No caso de empresas recém-constituídas, deve ser apresentado o Balanço de Abertura.

14.10.4. As comprovações e documentos acima mencionados poderão ser apresentados na modalidade digital (termo de abertura e encerramento – ECD, recibo de transmissão e balanço patrimonial) ou em cópias.

14.10.5. A boa situação Financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

14.10.6. Somente serão habilitadas as licitantes cujo demonstrativo contábil acima referido permita verificar Índice de Liquidez Geral (LG), Índice de Solvência Geral (SG) e Índice de Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais a 1,0 (um) com base nas fórmulas acima indicadas.

14.10.7. Serão consideradas como detentoras de capacidade Econômico Financeira satisfatória as Licitantes que obedecerem simultaneamente às condições acima.

14.10.8. As empresas que apresentarem resultado inferior ao mínimo estabelecido em qualquer dos índices referidos, deverão possuir Patrimônio Líquido ou Capital Social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação do (s) item (ns) cotado (s) constante do Anexo I, a ser divulgado após a fase de

lances, que deverá recair sobre o montante dos itens para os quais está classificada em primeiro lugar. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data através de índices Oficiais.

14.10.9. De acordo com a exceção prevista no § 2º do art. 1.179 do Código Civil Brasileiro c/c com o art. 170, IX da Constituição Federal de 1988, as licitantes que comprovarem sua condição de ME/EPP/MEI, por meio da apresentação do Certificado da Condição do Microempreendedor Individual (CCMEI), estão desobrigadas de apresentar balanço patrimonial e balanço do resultado econômico, atendendo-se ao tratamento diferenciado garantido constitucionalmente, apenas quanto às exigências deste critério de qualificação econômica e financeira. Contudo, as micro e pequenas empresas devem apresentar a última declaração de imposto de renda da pessoa jurídica, como forma de demonstração da capacidade econômico-financeira.

14.10.10. Os critérios de qualificação econômica e financeira previstos no **item 14.10.2 (balanço patrimonial)** e seguintes, apenas serão exigíveis na hipótese de apresentação de proposta em **valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**.

14.11. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

14.11.1. **Atestado (s) de Capacidade Técnica** fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove (m) que a empresa licitante tenha prestado, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, assim como os itens do TR, que permita (m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, quantitativas e qualitativas, e demais documentos, quantidades e formalidades, porventura, exigidos no Termo de Referência.

14.11.2. No caso de pessoa jurídica de direito público, o (s) atestado (s) ou certidão (ões) deverá (ão) ser assinado (s) pelo responsável do setor competente do órgão;

14.11.3. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o (s) atestado (s) deverá (ão) conter dados suficientes para identificação civil da declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa;

14.11.4. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

14.12. Conforme exigência no TR sobre a qualificação técnica, deve esta seguir e apresentar as definições dos itens 4.3 , 4.4 da Cláusula Quarta do TR.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

15.1. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

15.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

15.1.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

15.2. No caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que **COMPROVADAMENTE**, forem emitidos **SOMENTE** em nome da matriz, e vice-versa.

15.3. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões ou documentos apresentados, será considerado para esse fim, o prazo de 90 dias consecutivos descrito no instrumento convocatório.

15.5. Se a licitante classificada em primeiro lugar for inabilitada, deve ser analisada a documentação de habilitação da próxima licitante, na ordem de classificação de suas propostas, até que a seguinte classificada que preencha as condições de habilitação seja declarada vencedora.

15.6. É permitida a inclusão de documento complementar ou atualizado, desde que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica e seja comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentada sua proposta, que não foi juntada com os demais documentos por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

15.7. O não atendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação da licitante ou interfiram substancialmente no conteúdo de sua proposta comercial, não importará na sua desclassificação/inabilitação ou na invalidação do certame.

15.8. A licitante que **abandonar** o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital ou quando oportunizado o envio, mediante solicitação do pregoeiro no momento oportuno, será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

15.9. Na hipótese de inabilitação de todos as licitantes ou de desclassificação de todas as propostas, poderá ser fixado novo prazo para apresentação de documentação de habilitação ou de propostas retificadas.

16. DOS RECURSOS

16.1. Após realização do julgamento das Propostas e da Habilitação das classificadas, qualquer licitante poderá, durante o prazo máximo de 10 (dez) minutos para cada uma destas fases acima mencionadas, a ser concedido na sessão pública, manifestar intenção de Recurso aos respectivos julgamentos, de forma imediata e em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

16.2. A intenção de Recurso e os Recursos eventualmente interpostos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de manifestar sua intenção e conseqüentemente interpor Recurso e o Pregoeiro estará autorizado a dar seguimento ao certame.

16.4. Caso apresentada a intenção de Recurso, a recorrente deverá apresentar as razões do Recurso no prazo **de 3 (três) dias úteis**, a contar da divulgação do resultado, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.4.1. Caso a licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um link no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

16.5. O Recurso eventualmente apresentado será julgado por Comissão a ser designada, aos termos do estabelecido na **Portaria de Gestão Compartilhada SESC/SENAC/AR/CE nº 011/2024**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da finalização dos prazos de Recurso e contrarrazões.

16.6. O Recurso terá efeito suspensivo em relação aos itens dos lotes ou do lote completo que são objeto do Recurso, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.7. Não serão conhecidos os Recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

16.8. O acolhimento do Recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1. Nas hipóteses de provimento de Recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.2 Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

17.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após o ato da homologação do certame, as licitantes cujas propostas não tenham sido recusadas serão convocadas, por e-mail, para manifestarem interesse em participar do cadastro de reserva. Aquelas interessadas deverão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.

18.2. O cadastro de reserva envolverá somente itens com propostas adjudicadas, cabendo à Comissão de Licitação informar data e hora para o procedimento, com um mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para os trâmites necessários.

18.3. O e-mail informará a data e a hora limites para que as licitantes exerçam seu direito de aderência ao cadastro. Caso as licitantes não se manifestem nesse período ocorrerá a preclusão do seu direito.

18.4. Se houver mais de uma licitante interessada em reduzir seus preços, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

18.5. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

19.1 A adjudicatária ficará obrigada a:

- a) **assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação;**
- b) aguardar a emissão da Ordem de Fornecimento por e-mail pela gestão ou fiscalização no prazo estabelecido em Ata de Registro de Preço;
- c) executar o objeto, observadas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, na proposta, na Ata de Registro de Preços;

- d) apresentar, a qualquer tempo, contados da solicitação do **SESC/AR/CE**, os originais necessários à aceitação da proposta e à habilitação da empresa.
- e) Comunicar ao **SESC**, no prazo razoável, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata.

19.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, de 90 (noventa) dias nos termos deste instrumento, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

20. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. A Administração Regional do **SESC** assinará a Ata com a empresa vencedora desta licitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação expedida pelo setor competente, sob pena de decair do direito à contratação.

20.2. A recusa injusta da licitante vencedora em honrar a proposta, assinar a Ata de Registro de Preço, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a mesma às sanções previstas neste instrumento convocatório com fulcro na legislação pertinente.

20.3. A Ata de Registro de Preço, depois de cumpridas as formalidades procedimentais, terá vigência imediata, e deverá atender a conformidade do termo de referência, e à solicitação/ordem de serviço do setor competente.

20.4. O **SESC/AR/CE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados (ou produtos), se em desacordo com a Ata de Registro de Preços.

20.5. A fornecedora é obrigada a corrigir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções detectadas, notadamente, mediante a substituição do objeto deste instrumento, que apresente (m) características divergentes daquelas especificadas no termo de referência.

20.6. A fornecedora terá a responsabilidade de toda a documentação necessária à prestação de serviços, e responderá por todos os prejuízos, perdas e danos que o **SESC/AR/CE** venha a sofrer relativamente ao fornecimento ou a prestação dos serviços pretendidos.

20.7. Como condição para expedição da Autorização/ordem de serviço, a Fornecedora deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas neste Pregão.

20.8. É facultado ao **SESC/AR/CE**, quando o adjudicatário não apresentar situação regular, no ato da emissão da Autorização/ordem de serviço ou, por qualquer outro motivo, descumprir as condições e/ou prazos preestabelecidos:

20.8.1. Convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, hipótese em que o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para obtenção de um melhor preço; ou,

20.8.2. Cancelar o processo de licitação.

21. DA CARACTERÍSTICA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. A Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmarem contratação, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto licitado, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada preferência ao detentor do registro, em igualdade de condições.

21.2. O preço registrado e a indicação da respectiva Fornecedora serão divulgados em meio eletrônico oficial do **SESC/AR/CE** ou outro meio legal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

21.3. O **SESC/AR/CE** monitorará os preços dos serviços de forma a manter atualizados os valores praticados no mercado, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência de sua variação.

21.4. À ata de registro de preços poderá ser aplicado reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de serviços ou bens registrados, aplicando-se as normas e os mesmos pressupostos previstos no artigo 51 da Resolução 1.593/2024 SESC.

21.4.1. Quando os preços inicialmente registrados, por motivo superveniente, tornarem-se superiores aos preços praticados no mercado, a fornecedora poderá solicitar à gestão/fiscalização do **SESC/AR/CE** a aplicação de reequilíbrio econômico-financeiro para ajuste dos preços de forma a adequá-los aos valores de mercado.

21.4.2. Nas hipóteses de reajuste, o índice a ser aplicado será aquele que ordinariamente o Departamento Regional já aplica em seus instrumentos contratuais e congêneres.

21.5. A Fornecedora será liberada do compromisso assumido, caso comprove, mediante requerimento fundamentado com apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações assumidas devido ao preço de mercado ter se tornado superior ao preço registrado.

21.6. Na hipótese de não aceitação da justificativa apresentada, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação, será aplicada a penalidade correspondente à inexecução total, caso não mantenha o compromisso assumido.

21.7. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da Fornecedora e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

21.8. Será considerado preço de mercado o que for igual ou inferior à média daqueles apurados pelo **SESC** para o objeto pesquisado.

21.9. A Ata de Registro de Preços poderá ser acrescida em até 50% de seus quantitativos inicialmente registrados, mediante acordo entre o **SESC/AR/CE** e a Fornecedora, conforme Art. 50 da Resolução 1.593/2024 SESC.

21.10. A Ata de Registro de Preço terá prazo inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada até o limite máximo de 36 (trinta e seis) meses, desde que a pesquisa de mercado demonstre que o preço registrado se mantém vantajoso ao **SESC/AR/CE**, conforme Art. 45 da Resolução 1.593/2024 SESC.

21.10.1. Prorrogada a Ata de Registro de Preço, poderão ser restabelecidas as condições iniciais desta, inclusive os quantitativos.

21.11. Aprovada a aquisição, a fornecedora que ofertou o preço a ser registrado será convocada para assinar o respectivo instrumento, no qual deverá constar, dentre outras condições, o seu compromisso de entregar os

itens ou fornecer os serviços na medida das necessidades que lhe forem apresentadas, observado o disposto no artigo 46 da Resolução 1.593/2024 SESC.

21.12. O registro de preço não importa em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado, sendo facultada a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos.

21.13. A licitante deixará de ter o seu preço registrado quando:

- a) Descumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado;
- c) Quando, justificadamente, não for mais do interesse do **SESC**.

22. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1. A execução da ARP está definida nas Cláusulas Terceira, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava, Nona, Décima, Décima Primeira, Décima Oitava, do TR.

22.2. As etapas que compõem os itens e o consequente pagamento serão baseadas no Projeto conforme definido na tabela constante do item 13.2 do TR e o cronograma definido na tabela do item 10.7 para execução.

23. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO

23.1. O **SESC/AR/CE** indicará como gestores para acompanhar a execução dos serviços e para dirimir quaisquer dúvidas ou prestar outras informações sobre o objeto contratado, os TÉCNICOS DO (S) SETOR (ES) /UNIDADE (S) beneficiada (s) com a entrega do (s) item (ns) constante (s) do TR – Anexo I do Edital.

23.2. Compete a cada TÉCNICO, acompanhar a entrega dos itens objeto da licitação, averiguar se estão conforme a descrição do TR – Anexo I do Edital e conforme a Proposta apresentada pela Fornecedora, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados na ARP.

23.3. A ARP, trará o nome e o contato dos TÉCNICOS DO (S) SETOR (ES) /UNIDADE (S) beneficiada (s) com a entrega do (s) item (ns) ou com a prestação dos serviços constante (s) do TR – Anexo I do Edital.

23.4. Quaisquer exigências da Fiscalização/Gestão contratual, inerentes ao Objeto da ARP, deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para o **SESC/AR/CE**.

23.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Fiscais/Gestores da ARP deverão ser solicitadas ao seu Gestor Superior, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, caso não solucionadas, serão remetidas para a Comissão de Análise de Infrações Contratuais – CAIC.

23.6. Os Fiscais/Gestores da ARP poderão solicitar reuniões com os representantes da contratada, acerca das boas práticas do cumprimento do objeto homologado e os esclarecimentos que se fizerem necessários.

23.7. Os Fiscais/Gestores da ARP, por amostragem ou solicitação periódica, poderão fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas da Fornecedora, quando se tratar de ARP que no objeto se depreenda que envolve a prestação de mão de obra.

23.8. A fiscalização será exercida no interesse do **SESC/AR/CE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do **SESC/AR/CE** ou de seus agentes e prepostos.

23.9. A Fornecedora deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, documentos correspondentes às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, esclarecimentos, soluções e informações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

23.10. Homologado o procedimento licitatório, a licitante que ofertou o preço a ser registrado será convocada para assinar o respectivo instrumento, no qual deverá constar, dentre outras condições, o seu compromisso de executar os serviços na medida das necessidades que lhe forem apresentadas, observado o disposto no art. 31 da Resolução SESC nº 1.593/2024.

23.11. O registro de preço não importa em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado, de exigir a aquisição, sendo facultada a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos, conforme art. 47 da Resolução 1.593/2024 SESC.

23.12. As atas de registro de preços poderão ser acrescidas em até 50% de seus quantitativos inicialmente registrados, mediante justificativa e termo de aditivo, e as supressões poderão ser realizadas mediante acordo com o **SESC/AR/CE** e a Licitante, conforme art. 50 da Resolução 1.593/2024 SESC.

23.13. Os gestores e fiscais da ARP estão definidos na Cláusula Décima Nona enquanto que os parâmetros a serem seguidos estão no inciso II da mesma cláusula do TR.

24. DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS

24.1. Para efeito de garantia do produto ou serviço será considerado o prazo que estabelece a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e ocorrendo defeito ou vícios nos serviços e produtos, durante o período de cobertura previsto na legislação, deverá ser substituído por outro de igual ou melhor marca e serviço conforme legislação.

24.2. A fornecedora será responsável pela substituição e pagamento do frete e impostos (inclusive eventual recolhimento de diferença de alíquota de ICMS quando da hipótese de entrada do (s) produto (s) no Estado do Ceará), em caso de troca ou reposição dos itens que porventura sejam entregues com defeito, vícios e danificados, ou não compatíveis com as especificações constantes no Termo de Referência.

24.3. Suporte Técnico e Garantia de novas versões no modelo SaaS (Software como Serviço).

25. DO PAGAMENTO

25.1. O pagamento dos serviços objeto deste processo licitatório será efetuado conforme previsão no Termo de Referência e na ARP, contados a partir da efetiva prestação/execução/entrega dos itens, mediante apresentação de Nota (s) fiscal (is) e certidões referentes à regularidade fiscal da empresa, que deverá (ão) ser entregue (s) ao **gestor da ARP** e atestado (s) pelo mesmo.

25.2. A Nota Fiscal deverá indicar o número da autorização/ordem de serviço a qual estará vinculada, bem como, os seguintes dados bancários para pagamento: o nome do banco, o número da agência e da conta corrente da empresa.

25.3. O pagamento só será efetuado após a constatação, pelo **SESC/AR/CE** da regularidade fiscal da empresa, mediante a apresentação das certidões abaixo:

- a) Certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- b) Certidão negativa de débitos tributários estaduais;
- c) Certidão negativa de débitos tributários municipais;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS — CRF e;
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas — CNDT.

25.3.1. Quando se tratar de execução de serviço ou entrega de produto continuado, a empresa deverá apresentar a Nota Fiscal, bem como as certidões referentes a regularidade fiscal da mesma, mensalmente, ou sempre que ocorrer a prestação do serviço e/ou entrega do produto licitado.

25.4. A Fornecedora deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas neste Edital no momento da contratação e ao longo da prestação do serviço/fornecimento.

25.5. O preço a ser pago pelo **SESC/AR/CE** pertinente à execução do objeto do presente certame será no valor da proposta apresentada pela empresa, livre de quaisquer tributos, ônus, encargos, despesas, inclusive eventual recolhimento de diferença de alíquota de ICMS quando da hipótese de entrada do (s) produto (s) no Estado do Ceará eventualmente pagos pela (s) licitante (s).

25.6. Discriminação detalhada dos itens do objeto:

25.6.1. O **SESC/AR/CE** é responsável pela retenção na fonte e recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, na qualidade de contribuinte substituto, portanto todas as notas fiscais de serviços emitidas por prestadores de serviços, **que sejam contribuintes** do ISSQN, sofrerão a retenção na fonte deste imposto, sendo obrigatório o destaque na nota fiscal **“ISS RETIDO NA FONTE”**.

25.7. Ao **SESC/AR/CE** fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato de entrega e aceitação, o serviço realizado (ou produto) não estiver em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas no Termo de Referência do anexo I.

25.8. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

25.9. O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto pelo **SESC/AR/CE**, desde que não se verifiquem falhas na execução do objeto, e os prazos previstos na minuta do Contrato serão contados a partir do recebimento definitivo de cada fase.

25.10. A não manutenção das condições de habilitação pela Fornecedora não ensejará a retenção de pagamento quando houver o atesto da efetiva e regular prestação dos serviços, mas poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

26. DO REAJUSTE, DO REEQUILÍBRO E DA REPACTUAÇÃO

26.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser aplicado reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico financeiro, em decorrência de eventual redução dos preços de mercado ou de fato que eleve o custo de serviços ou bens registrados, aplicando-se as normas e os mesmos pressupostos previstos no artigo 51 da Resolução 1.593/2024 SESC.

26.2. Nas hipóteses de reajuste, o índice a ser aplicado será aquele que ordinariamente o Departamento Regional já aplica em seus instrumentos contratuais e congêneres.

26.2. A Fornecedora deverá, ao solicitar um reequilíbrio em sua Ata, enviar ao SESC/AR/CE a comprovação de que os itens estão abaixo do praticado pelo mercado, com comprovações, tais como notas fiscais dos últimos serviços.

27. DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1. Conforme previsão do art. 36 da Resolução SESC nº 1.593/2024, a Licitante poderá subcontratar partes do objeto contratual, desde que não seja, expressamente, vedado no respectivo Termo de Referência, e desde que mantida sua responsabilidade perante o **SESC/AR/CE**. Sendo vedada a subcontratação com licitante que tenha participado da licitação.

28. DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES

28.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Resolução 1270/2024 SENAC aqueles que cometerem atos lesivos ao **SESC/AR/CE**, assim definidos, no tocante a licitações e Contratos:

28.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço homologado;

28.1.2. Multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços/fornecimento, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério do **SESC/AR/CE**, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

28.1.3. Multa compensatória equivalente a 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

28.1.4. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

28.1.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com o **SESC/AR/CE** por um período não superior a 06 (seis) anos (*art. 39, inciso III combinado com os arts. 40 e 41 da Resolução 1.593/2024 SESC*).

28.2. As multas aludidas no subitem imediatamente precedente não impedem que o **SESC/AR/CE** rescinda, unilateralmente, a Ata de Registro de Preços e aplique as demais sanções previstas nas normas regedoras desta licitação.

28.3. Qualquer das multas previstas neste Edital, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **SESC/AR/CE** à Fornecedora, ficando evidenciado que se o montante atingir valor superior responderá esta pela sua diferença, a qual, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

28.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante que tenha sido multada, antes de paga ou relevada a respectiva multa.

28.5. Na impossibilidade de ressarcimento do **SESC/AR/CE** por meio de desconto, a licitante ficará obrigada a recolher a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do SESC/AR/CE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

28.6. Caso não ocorra o recolhimento na forma do item anterior, o **SESC/AR/CE** está desde já autorizado a emitir em desfavor da licitante, boleto bancário no valor correspondente a multa aplicada, que poderá ser levado a protesto, bem como medidas judiciais cabíveis, caso não seja pago.

28.7. Na ocasião da gestão contratual, se detectado que houve fornecimento e/ou prestação de serviço diferente do constante da Ata de Registro de Preços, a exemplo: falhas ou em quantidade ou qualidade inferior ao contratado; a gestão/fiscalização contratual promoverá a devida glosa na nota fiscal enviada para atesto.

28.7.1. Também estão sujeitos às **penalidades de multa e/ou suspensão** do direito de licitar e/ou contratar com o **SESC/AR/CE**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, a **LICITANTE** quando ocorrer:

- a) Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) Retirada da proposta no curso do certame, após classificação das propostas, durante fase de lances e no curso etapa de habilitação, sem que a Comissão de Licitação tenha aceito as justificativas apresentadas;
- c) Recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido pelo **SESC/AR/CE**;
- d) Reincidência de execução insatisfatória dos serviços/fornecimento contratados/homologados;
- e) Atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços/fornecimento, contrariando o disposto na Ata de Registro de Preços;
- f) Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- g) Irregularidades que ensejem a frustração da licitação ou a rescisão contratual;
- h) Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- i) Prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou prejudicar a execução da Ata de Registro de Preços;
- j) Prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a licitante idoneidade para contratar com o **SESC/AR/CE**;
- k) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com o **SESC/AR/CE**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- l) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro das Atas de Registro de Preço celebradas com **SESC/AR/CE**.
- m) Pedir desistência, **salvo** motivo justificado decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, após a apresentação da Proposta.

28.7.2. Cancelamento e Rescisão:

28.7.2.1. A suspensão temporária do direito de licitar e/ou contratar com o **SESC/AR/CE**, o cancelamento dos preços registrados no Pregão e a rescisão contratual, poderão ser aplicadas à **LICITANTE**, após regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa prévios.

28.7.2.2. Na ocasião da gestão contratual, se detectado que houve fornecimento e/ou prestação de serviço diferente do constante da Ata de Registro de Preços, a exemplo: falhas, qualidade inferior ao contratado; a gestão/fiscalização contratual promoverá a devida glosa na nota fiscal enviada para atesto.

28.7.2.3. É facultado ao **SESC/AR/CE** exigir, ainda, da fornecedora, se não cumprir as obrigações assumidas, perdas e danos, nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei, especialmente as da Lei nº 8.078, de 11.09.90.

28.7.2.4. As multas previstas neste item, somadas a todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo de 30% (trinta por cento) do valor global da contratação. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços.

28.7.2.5. O **SESC/AR/CE** poderá rescindir a Ata de Registro de Preço, independentemente de qualquer aviso judicial ou extrajudicial, sem qualquer tipo de indenização, na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- I. Pela paralisação ou interrupção no fornecimento dos itens, ressalvados os casos fortuitos e/ou de força maior;
 - II. Pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas e/ou condições pactuadas na Ata;
 - III. Pela paralisação ou interrupção na execução do objeto por iniciativa do **SESC/AR/CE**, ou por não mais lhe interessar dita prestação/aquisição, sendo comunicado com antecedência mínima de 30 dias por Ofício ou Distrato.
 - IV. Pelo não aceite da redução do preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado pelo mercado.
- 28.8. A Administração Regional do **SESC/AR/CE**, por razão de interesse público ou por conveniência e oportunidade, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

29. DO FOMENTO À INTEGRIDADE E SUSTENTABILIDADE

29.1. De acordo com o estabelecido no Termo de Referência - Anexo I poderá ser realizada a implantação de programa de integridade pela licitante vencedora, no prazo de **6 (seis) meses**, contados a partir da celebração da Ata de Registro de Preços, principalmente nas hipóteses de contratação de grande vulto ou de grande complexidade.

29.2. Em caso de previsão do disposto no item anterior, o programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de conformidade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes, com o objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, e atos ilícitos, fomentando a manutenção de uma cultura de integridade no ambiente organizacional.

29.3. Sempre que possível, e de acordo com o estabelecido no Termo de Referência - Anexo I, deverão ser seguidas as diretrizes referentes à sustentabilidade previstas no art. 23 da Resolução SESC nº 1.593/2024.

30. DAS DIRETRIZES ANTICORRUPÇÃO

30.1. A (s) licitante (s) concorda (m) que executarão as obrigações contidas neste Edital e anexos de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao **SESC/AR/CE** na forma da lei vigente.

- a) A (s) licitante (s) assume (m) que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do **SESC/AR/CE**.
- b) Nenhuma das licitantes poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Edital, ou de outra forma que não relacionada nesta, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

c) A (s) licitante (s) se compromete (m) a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste instrumento.

31. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

31.1. A FORNECEDORA se obriga, além das Cláusulas constantes neste instrumento e na ARP, também a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), procedendo ao tratamento de dados e se comprometendo a manter o sigilo das informações prestadas pelo SESC.

32. DA ADEÇÃO POR OUTRAS ENTIDADES, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 1.593/2024 SESC.

32.1. Poderão aderir entidades do Sistema “S” que, não tendo participado dos procedimentos iniciais desta licitação, atendam aos requisitos da norma, e ainda: *É indevida a utilização da ata de registro de preços por quaisquer interessados - incluindo o próprio gerenciador, os órgãos participantes e eventuais caronas, caso tenha sido prevista a adesão para órgãos não participantes - para aquisição separada de itens de objeto adjudicado por preço global de lote ou grupo para os quais o fornecedor convocado para assinar a ata não tenha apresentado o menor preço na licitação. Acórdão 1893/2017-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS. ÁREA: Licitação | TEMA: Registro de preços | SUBTEMA: Adjudicação. Outros indexadores: Licitação por item, Preço global.*

32.2. Caberá à Licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento/aquisição/execução, desde que estes não prejudiquem as obrigações anteriormente assumidas com o ente Gerenciador e entes participantes.

32.3. As aquisições por aderente não poderão ultrapassar 100% dos quantitativos previstos no Edital.

32.4. As entidades não participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o ente Gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

32.5. O Gerenciador, decidindo pela autorização, indicará ao Aderente os quantitativos dos bens e serviços previstos no Edital, a fornecedora, as condições em que tiver sido registrado o preço e o prazo de vigência do registro.

32.6. Após a autorização do ente gerenciador, o ente não participante deverá efetivar a contratação solicitada, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

32.7. Caberá ao ente gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

32.8. O ente Gerenciador não participante deverá encaminhar ao ente gerenciador, previamente à solicitação, Termo de Ciência informando os produtos e quantidades que serão adquiridos.

32.9. Ao ente Gerenciador não participante que aderir à Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pela fornecedora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ente gerenciador.

32.10. O fornecimento ao Aderente deverá observar as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço e não poderá prejudicar as obrigações assumidas com o Gerenciador e com os Aderentes anteriores.

32.11. A fornecedora poderá optar por não contratar com o Aderente.

33. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1. O **SESC/AR/CE** poderá, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à publicação do Edital que possam interferir no andamento do processo ou incutir na formulação da proposta, adotar uma das seguintes providências:

- a) adiamento ou suspensão da licitação;
- b) revogação ou anulação deste Edital, ou, ainda, sua modificação no todo ou em parte; ou
- c) alteração das condições no processo licitatório, com a sua divulgação ou a republicação deste Edital, e, caso seja necessário, o estabelecimento de nova data para a realização da sessão.

33.1.1. A anulação da licitação induz à da ARP.

33.1.1.1. A presente licitação deverá ser anulada a qualquer tempo, desde que seja constatada irregularidade no processo e/ou em seu julgamento, ou cancelada/revogada por conveniência do **SESC/AR/CE**, com devida justificativa, sem que caiba aos licitantes qualquer indenização.

33.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, aos termos do art. 60 da Resolução Sesc nº 1.593/2024, observar-se-á o que se segue:

33.2.1. Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

33.2.2. Os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente no **SESC/AR/CE**.

33.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

33.4. A Licitante é a responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o houver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

33.5. A simples apresentação de documentação não acarreta compromisso de contratação por parte do **SESC/AR/CE**, importando, porém, para a Licitante a irrestrita e irretratável aceitação das condições da qualificação e dos termos deste Edital.

33.6. O procedimento licitatório não tem natureza jurídica de proposta de contratação, de forma que instrumentos convocatórios deverão assegurar à contratante o direito potestativo de cancelar a licitação a qualquer momento, sem que isto gere aos licitantes qualquer direito, inclusive de reparação a eventuais perdas e danos ou de lucros cessantes.

33.7. O foro de Fortaleza, Ceará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

34. DOS ANEXOS

34.1. Integram o presente edital as condições, o detalhamento e as especificações do objeto licitado:

34.1.1. As condições, o detalhamento e as especificações do objeto licitado – TR (Anexo I);

- 34.1.2. Requisitos Técnicos Obrigatórios – (Anexo II);
- 34.1.3. Requisitos Funcionais Obrigatórios – (Anexo III);
- 34.1.4. Requisitos Não Funcionais – (Anexo IV);
- 34.1.5. Modelo de apresentação da Proposta Comercial (Anexo V);
- 34.1.6. Minuta da ARP (Anexo VI).

Fortaleza, Ceará, 26 de janeiro de 2026.

Anna Noeme Santos da Silva
Membro da Comissão

Antonio Diego Pereira Rocha
Membro da Comissão

Luciana Pontes da Silva Paiva
Membro da Comissão

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Fundamento Legal: Resolução SESC Nº 1.593/2024

1 OBJETO

Contratação de empresa especializada para implantação de **Software de Gestão de Serviços de Saúde** com customização, licenças, treinamento, suporte técnico e garantia de novas versões para as unidades de saúde do Sesc conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, **através de ATA DE REGISTRO DE PREÇO com vigência de 12 meses**, visando atender as Unidades Operacionais no qual constam municípios nos quais o Sesc desenvolve ações em saúde (municípios: Fortaleza, Caucaia, Iguatu, Sobral, Itapipoca, Tabuleiro do Norte, Juazeiro, Crato, Brejo Santo, Aracati, Crateús, Ibiapina, Quixeramobim, Gonçalo do Amarante), de acordo com as quantidades, especificações, obrigações e demais condições expressas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA

O programa Saúde do Sesc Ceará se encontra em expansão com aquisição de novas unidades de saúde, assim se faz necessário automatizar os processos de trabalho por meio de sistemas com tecnologia para saúde digital, atender requisitos legais para apoiar o desenvolvimento das atividades e buscar a excelência nos processos e no atendimento ao cliente.

Atualmente, o atendimento de saúde compreende diversas especialidades, tais como: odontologia e Raio X periapical; Fisioterapia convencional, RPG; Hidroterapia; Pilates; Fisioterapia estética; Psicoterapia; Consulta Nutricional; Acupuntura; Ambulatório (aferição de glicemia, pressão arterial e primeiros socorros em caso de urgência), bem como serviços de estética corporal e facial.

O Sesc Ceará pretende ampliar os serviços de saúde abrangendo as consultas médicas (cardiologia, clínica geral, médico da família, dermatologia, geriatria, ginecologia, ortopedia, oftalmologia, pediatria, psiquiatria, medicina do trabalho); consultas assistenciais (fonoaudiologia e terapia ocupacional), serviços ambulatoriais (pré-consulta e consulta ambulatorial), exames de diagnósticos (ultrassom, raios-X panorâmico odontológico, teste ergométrico, ECG, Holter, mapa, audiometria), exames laboratoriais, vacinação, bem como outras especialidades que possam surgir de acordo com a demanda da clientela.

Neste contexto, há necessidade de aquisição de sistema completo e interligado, a fim de informatizar o atendimento e tornar eletrônico todo o registro de assistência à saúde da clientela atendida. O software deverá apoiar e controlar os processos de gestão das agendas dos profissionais; prontuários eletrônicos; rastreabilidade do uso de materiais, insumos e medicamentos; armazenamento de arquivos; elaboração dos documentos assistenciais, além de realizar integração aos Sistemas atuais desta Instituição. Há necessidade também de adequação dos processos de acordo com as legislações aplicáveis, sendo elas:

- ✓ Resolução CFM 1638/2002: Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde;
- ✓ Resolução CFM 1821/2007: Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos Sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde;
- ✓ Resolução CFM 2218/2018: Revoga o artigo 10º da Resolução CFM nº 1.821/2007, de 23 de novembro de 2007, que aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando

a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde;

- ✓ Lei 13.709/2018: Dispõe sobre a proteção de dados pessoais;
- ✓ Lei 13.787/2018: Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente;
- ✓ Portaria MS nº 529/2013: Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);
- ✓ RDC nº 36/2013: Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências;
- ✓ Código de Ética: Médica; Enfermagem; Psicologia; Fisioterapia; Terapia Ocupacional; Odontologia; Fonoaudiologia e Nutrição;
- ✓ Código de Defesa do Consumidor;
- ✓ Código Penal, Civil e Criminal;
- ✓ Lei nº 13.709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO/CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. A LICITAÇÃO deverá ter como critério de julgamento o (a): menor preço global, na modalidade pregão eletrônico.

3.1.1. Contratação de empresa especializada para ceder o direito de uso de licença de SISTEMA de gestão de serviços de saúde com licenças, treinamento, suporte técnico e garantia de novas versões no modelo SaaS (Software como Serviço). O fornecedor deverá se responsabilizar por toda a estrutura necessária para a prestação do serviço, considerando licenças de uso de software de terceiros, itens relativos à infraestrutura de servidores, sistemas operacionais, cópias de segurança, conectividade, bancos de dados exclusivo para armazenamento das informações do Sesc Ceará, administração e segurança da informação, antivírus e firewall, e quaisquer outros necessários para um funcionamento seguro de alta disponibilidade do sistema a ser fornecido. Ou seja, **toda a solução de infraestrutura, segurança, serviços ligados à solução devem ficar hospedados no fornecedor (nuvem ou datacenter próprio)**. O Fornecedor deverá apresentar o modelo de arquitetura adotado, bem como as estratégias de segurança do ambiente computacional e seus respectivos ativos, servidores, ferramentas e serviços que compõem o ambiente da aplicação. Considera-se ainda que todo ambiente deva possibilitar estratégias de monitoramento de status e de segurança.

3.1.2. A empresa contratada deverá manter backup semanal full completo da aplicação, considerando suas customizações (quando houver), além de backup diário de toda a base de dados. Tais backups devem ser mantidos em servidores diferentes dos servidores de produção e alocados fisicamente em outro local.

3.1.3. Os serviços contratados deverão incluir também a prestação de serviços de apoio à análise, projeto de implantação, parametrização, integração e operação assistida para início de utilização do software, bem como ter treinamento dos usuários, garantia de atualizações de versão, suporte técnico, manutenções preventivas e corretivas durante o período de vigência da Ata de Registro de Preço.

3.1.4. Considerando que o critério de julgamento adotado será o menor preço global, a licitante deverá apresentar proposta comercial contemplando todos os itens, módulos, licenças, serviços e demais componentes previstos neste Termo, ainda que não haja cobrança individualizada por determinado item, devendo, nessa hipótese, informar expressamente na proposta quando o respectivo valor estiver contido em outro item ou caracterizado como bonificação comercial, identificando de forma clara o item cobrado e aquele(s) na condição de bonificação, sob pena de desclassificação da proposta por caracterização de não atendimento ao objeto, permanecendo a análise restrita ao valor global da proposta.

3.2. O OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.2.1. O Sistema para gestão de serviços de saúde do Sesc Ceará deve compreender todos os itens discriminados a seguir:

1. Módulo Agendamento;
2. Módulo Agendamento Web;
3. Módulo Atendimento;
4. Módulo Estoque;
5. Módulo Gestão de Custos;
6. Módulo Faturamento;
7. Módulo Relatórios, Pesquisas e Indicadores de Gestão;
8. Módulo Gestão;
9. Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP);
10. Módulo Laudos;
11. Módulo Serviços de Comunicação via SMS e whatsapp, disparos de mensagens informativas, lembretes e notificações aos usuários do sistema de saúde

3.2.2. Segue abaixo quadro com a distribuição dos módulos por unidade, podendo haver previsão de ampliação dos Serviços de saúde em outras unidades do Sesc Ceará.

MÓDULOS	SESC FORTALEZA	SESC JUAZEIRO DO NORTE	SESC CRATO	SESC PANORAMA	SEDE
Módulo Agendamento	X	X	X	X	
Módulo Agendamento Web	X	X	X	X	
Módulo Atendimento	X	X	X	X	X
Módulo Estoque	X	X	X	X	X
Módulo Gestão de Custos	X	X	X	X	X
Módulo Faturamento	X	X	X	X	X
Módulo Relatórios, Pesquisas e Indicadores de Gestão	X	X	X	X	X
Módulo Gestão	X	X	X	X	X
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	X	X	X	X	X
Módulo Laudos	X	X	X	X	X
Módulo Serviços de Comunicação via SMS e whatsapp, disparos de mensagens informativas, lembretes e notificações aos usuários do sistema de saúde	X	X	X	X	

3.2.3. O SISTEMA deve ser totalmente parametrizável e personalizável, de acordo com as necessidades do Sesc Ceará.

3.2.4. O SISTEMA deverá disponibilizar acesso simultâneo de profissionais, atendentes e administrador, com previsão inicial de disponibilidade para 175 perfil profissional, prevendo ampliação de acesso.

3.2.5. Deve ser disponibilizado o Manual do Usuário em português (do Brasil).

3.2.6. A implantação do SISTEMA deverá atender às unidades fixas conforme portfólio a seguir, bem como prevê ampliação destes serviços:

- Central de esterelização de material
- Serviço de Educação em saúde
- Consultas Médicas: cardiologia, clínica geral, médico da família, dermatologia, geriatria, ginecologia, ortopedia, oftalmologia, pediatria, psiquiatria, medicina do trabalho, dentre outros
- Consultas Assistenciais: fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, nutrição, enfermagem;
- Serviços ambulatoriais: pré-consulta e consulta ambulatorial;
- Exames complementares: Teste ergométrico, ECG, holter, mapa, ultrassom e audiometria;
- Exames laboratoriais e vacinação;
- Outros serviços: acupuntura e estética corporal e facial.

3.2.7. A FORNECEDORA deve realizar treinamento e capacitação dos usuários e administradores.

3.2.8. A FORNECEDORA deve oferecer serviço de suporte técnico de segunda a sexta feira das 8:00 às 18:00 horas e sábado de 8:00 às 14:00 para resolução de dúvidas e problemas, fornecimento de novas versões e correções de erros.

3.2.9. Os requisitos técnicos obrigatórios em cada módulo supracitado devem ser de acordo com o descrito no

ANEXO I - REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS.

4. ESPECIFICAÇÕES DA PROPOSTA

4.1 A proposta de preço deverá ser apresentada em reais (R\$), conforme quadro abaixo:

LOTE ÚNICO – MENOR PREÇO GLOBAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. MENSAL	QUANT. ANUAL	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Licença concorrente de profissional da saúde	UND	175	2.100	R\$	R\$
2	Licença concorrente de administradores (quando cabível)	UND	10	120	R\$	R\$
3	Projeto de Implantação (operação assistida e parametrizações)	UND	01	01	R\$	R\$
4	Formação de multiplicadores para até 185 com duração de até 40 h	UND	01	01	R\$	R\$
5	Suporte técnico contemplando integralmente toda a Solução, incluindo o acesso concorrente de 185 perfis profissionais.	MENSAL	01	12	R\$	R\$
6	Desenvolvimento de funcionalidades, integrações e melhorias necessárias que farão parte de novos módulos e demandas Licença (sob demanda)	HORA	50	600	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$	

4.2. Caso sejam necessárias futuras customizações no curso da vigência da Ata, serão utilizados, para fins de acréscimos, o valor unitário de customizações, ofertado na proposta, respeitando o limite estabelecido em legislação própria.

4.3. A documentação técnica deverá contemplar e estar de acordo com os critérios descritos e contidos no **ANEXO II - REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS, ANEXO III - REQUISITOS FUNCIONAIS OBRIGATÓRIOS e ANEXO IV - REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS.**

4.4. Serão desclassificadas, as licitantes que classificadas para a análise documental, não tiverem 80% de aderência aos requisitos do **ANEXO II - REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS, ANEXO III - REQUISITOS FUNCIONAIS OBRIGATÓRIOS e o ANEXO IV - REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS.** Caso algum requisito não seja atendido nativamente, será permitido a sua implementação por meio de parametrização ou customização, limitado a 20% do total de requisitos constantes em cada anexo de requisitos.

5. LICENÇAS

5.1. A Fornecedora deverá ceder ao Sesc Ceará o direito de uso do SISTEMA, em caráter definitivo e não exclusivo, para uma quantidade máxima de 175 perfis profissionais durante toda vigência da ARP e de suas eventuais prorrogações, observada as condições estabelecidas neste instrumento.

5.2. O Sesc não arcará com custos ligados a ambientes de simulação e treinamento. Todas as melhorias e demandas serão homologadas em outro ambiente que não seja a produção. Ou seja, é de responsabilidade da Fornecedora arcar com os custos ligados a aplicações adicionais que fazem parte da solução.

5.3. Deverá ser fornecido um conjunto completo de manuais técnicos originais dos softwares componentes do sistema, em português do Brasil. Os manuais poderão ser apresentados de forma eletrônica.

6. IMPLANTAÇÃO

6.1. No máximo em 10 dias corridos após a assinatura da Ata de Registro de Preço, a FORNECEDORA deverá reunir-se com representantes do Sesc CE para o planejamento e elaboração de projeto da instalação do novo software e planejamento das customizações.

6.2. Nesta reunião, deverá ser alinhado com o SESC todas as etapas necessárias para início, execução/implantação e conclusão deste projeto com a definição dos marcos para a entrega e homologação do conjunto de produtos que correspondem ao término de cada fase/etapa definidas neste Termo, sendo que:

6.3. O processo de desenvolvimento das parametrizações e customizações citadas na proposta técnica da FORNECEDORA para o SISTEMA devem ser concluídos no prazo de até 40 dias corridos a contar do dia da assinatura da Ata de Registro de Preço.

6.4. O fornecimento das licenças de uso deverá estar concluído no prazo de até 20 dias corridos a contar do dia da assinatura da ARP.

6.5. Caberá à Fornecedora o planejamento e a execução dos procedimentos de implantação em produção dos diversos módulos do SISTEMA.

6.6. A Fornecedora deverá executar os procedimentos de implantação do módulo em ambiente de produção e realizar os testes finais nesse ambiente juntamente com os usuários. Isso deve ser feito antes da disponibilização do SISTEMA para uso, fazendo uma última avaliação de funcionalidades e desempenho, e realizando os últimos

ajustes nos programas e rotinas.

6.7. Para o início de operação do SISTEMA em produção, a Fornecedora deverá ter previamente preparado todo o ambiente de produção, incluindo a instalação, migração de dados cadastrais, parametrizações e customizações e a disponibilização de acesso para os usuários finais.

6.8. Com a realização dos testes e ajustes finais e aprovação formal do usuário, o SISTEMA será então liberado integralmente para uso.

6.9. A Fornecedora deverá dispor dos serviços de comunicação via SMS e Whatsapp, a fim de realizar disparos de mensagens informativas, lembretes e notificações aos usuários do sistema de saúde, configuração de integração do sistema de disparo com a plataforma do SESC CE, envio de mensagens em massa via SMS e Whatsapp, Relatórios sobre a entrega e leitura das mensagens e Suporte Técnico para a comunicação do sistema.

6.10. A Fornecedora deverá garantir segurança e integridade das informações de todos os sistemas e seus bancos de dados, mantendo rotinas automatizadas de backups (cópias de segurança), que permitam recuperar totalmente as informações ou de forma granular, no caso de alguma anomalia no seu funcionamento ou falha de segurança por algum outro meio, com retenção mínima do backup de 30 dias corridos. Os backups deverão ser realizados diariamente.

6.11. A Fornecedora deverá ofertar o fornecimento e configuração de totens interativos que visam melhorar a experiência do usuário no Sistema de Saúde do SESC CE. O software deve ser compatível com os sistemas já utilizados pelo SESC CE. A solução deve permitir atualizações e personalizações regulares. Deve haver suporte técnico para manutenção e resolução de problemas

7. SUPORTE TÉCNICO PARA SUSTENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. A Fornecedora deverá fornecer serviço de suporte técnico, incluindo resolução de dúvidas, fornecimento de novas versões e correções de erros, durante período de duração do contrato a contar a partir da implantação em produção do último módulo do SISTEMA, sendo responsabilidade da Fornecedora o perfeito funcionamento do mesmo.

7.2. O atendimento compreenderá os seguintes serviços:

7.2.1. Resolução de dúvidas técnicas e correção de erros relativos à infraestrutura do SISTEMA, configurações de hardware e software, assim como cópia de segurança dos dados (i.e., backup) e sua restauração.

7.2.2. Correção de erros provenientes de atualizações de versões, incluindo aqueles resultantes de incompatibilidade da nova versão com o ambiente operacional (i.e., infraestrutura) existente.

7.2.3. Correção de erros do SISTEMA, incluídos os erros intrínsecos causados por erros de programação e customização (i.e., código defeituoso), erros relativos à instalação, configuração e parametrização do SISTEMA, à migração e carga de dados e às integrações realizadas.

7.2.4. Direito às atualizações dos releases ou versões lançadas pelo fornecedor. As novas versões devem contemplar as adaptações, modificações ou extensões desenvolvidas para atender às necessidades específicas do Sesc Ceará.

7.3. Todos os erros, vícios e falhas em produtos entregues ou serviços executados deverão ser sanados pela Fornecedora de forma definitiva, sem ônus para o Sesc Ceará, mesmo que a correção acarrete alteração em outros produtos ou serviços executados pela Fornecedora.

7.4. O serviço de suporte técnico não se aplica às situações onde a origem do problema decorra de falhas de infraestrutura ou de componentes de terceiros (hardware ou software) e que repercutam no SISTEMA, a menos que seja comprovado que o problema foi proveniente de atualização de versão do SISTEMA.

7.5. A Fornecedora deverá registrar o chamado em SISTEMA próprio via plataforma de atendimento online.

7.6. O número de chamados para o suporte deverá ser ilimitado e não poderá haver restrições, por parte da Fornecedora, quanto ao tempo despendido para cada atendimento.

7.7. O Suporte não deverá implicar custos adicionais, além dos valores definidos na Proposta Comercial da Fornecedora.

7.8. A correção de erros poderá ser feita on-site, ou seja, nas dependências do Sesc Ceará, ou através de suporte remoto, no qual a Contratada se conectará aos equipamentos do Sesc Ceará, após prévia e expressa autorização.

7.9. A Fornecedora deverá prestar o serviço de suporte técnico em conformidade com o nível de serviço exigido a seguir:

Níveis de Serviço		
Categoria	Descrição	Prazo máximo de resposta
Baixa	O usuário não precisa de uma solução imediata. O obstáculo no trabalho de usuários individuais e/ou uma solução aceitável está disponível.	72 horas úteis
Média	O usuário não precisa de uma solução imediata. Interrupção do trabalho de usuários individuais e nenhuma solução aceitável está disponível.	72 horas úteis
Alta	O usuário precisa de uma solução imediata. Interrupção dos processos críticos, afetando usuários individuais e nenhuma solução aceitável está disponível.	8 horas úteis
Urgente	O usuário precisa de uma solução imediata. Interrupção dos processos críticos, afetando diversos usuários e nenhuma solução aceitável está disponível.	4 horas úteis

7.10. Considera-se como hora útil aquela compreendida das 07:00 horas às 18:00 horas, de 2ª a 6ª feira e sábado de 8:00 às 12:00 horas, conforme o calendário de feriados nacional.

7.11. O Sesc Ceará poderá autorizar a prorrogação do prazo máximo de solução de um chamado, desde que seja justificada pela Fornecedora.

7.12. A justificativa de prorrogação deverá ser apresentada ao Sesc Ceará antes de finalizar o prazo de solução máximo do chamado.

8. CONFIDENCIALIDADE

8.1. A Fornecedora e seu pessoal, não poderão revelar em nenhum momento a qualquer pessoa ou entidade nenhuma informação relativa aos dados manipulados durante a migração, implantação e “operacionalização” do SISTEMA, tais como prontuários médicos, informações de pacientes, resultados de exame etc.

8.2. É de total responsabilidade da Fornecedora a garantia de confidencialidade das informações e dos dados enviados pelo Sesc Ceará a ela.

8.3. É vedado à Fornecedora o uso, distribuição, divulgação ou comercialização das informações e dados do Sesc Ceará, seja por qualquer tipo de interesse ou por negligência ou imperícia de funcionários da Fornecedora.

8.4. Caso aconteça vazamento de informações ou de dados, e se comprove a responsabilidade da Fornecedora, esta responderá pelos danos causados ao Sesc Ceará.

8.5. A Fornecedora deverá celebrar um acordo operacional que garantam medidas de proteção de dados e vazamento de informações.

8.6. A Fornecedora deverá apresentar um plano com todas as medidas de segurança adotadas para garantir a correta proteção de dados armazenados no seu sistema.

8.7. A Fornecedora deve atender todas as normas da Lei Geral de Proteção de Dados 13.709/2018, obrigatoriamente a partir da data de sua publicação.

9. IMPORTAÇÃO DE DADOS

9.1. No caso da necessidade de uma importação de dados cadastrais, caberá à Fornecedora disponibilizar o layout de importação de forma que o Sesc Ceará consiga preencher as informações no layout disponibilizado e enviar para a Fornecedora importar no novo sistema.

9.2. Caso após a importação de dados seja identificada qualquer inconsistência, será avaliado entre as partes se a causa está no sistema ou na origem da informação. Caso a inconsistência esteja relacionada ao sistema, será de responsabilidade da Fornecedora a correção e, se for necessário, uma nova importação dos dados.

9.3. A importação de dados deverá ocorrer, inicialmente, em ambiente de homologação para que sejam feitos os testes e validações.

10. PRAZOS DE EXECUÇÃO

10.1. Reunião de Planejamento: Em 10 (dez) dias úteis após a assinatura da Ata de Registro de Preço, a Fornecedora deverá reunir-se com representantes do Sesc Ceará para o planejamento da instalação do novo software e planejamento das customizações (se houver).

10.1.1. Nesta reunião, deverá ser alinhado com o SESC todas as etapas necessárias para a conclusão deste projeto com a definição dos marcos para a entrega e homologação do conjunto de produtos que correspondem ao término de cada fase/etapa definidas neste Termo de Referência.

10.2. Customizações: O processo de customização do SISTEMA (se houver), deve ser iniciado a partir da assinatura da Ata de registro de Preço.

10.2.1. Todas as Parametrizações e Customizações necessárias para atendimento às especificações contidas neste Termo de Referência e seus anexos devem estar concluídas em até 40 dias após a assinatura da Ata de Registro de preço.

10.3. Implantação: Conclusão da implantação na unidade do SESC Fortaleza em até 40 dias , após assinatura da Ata de Registro de Preço por todas as partes envolvidas.

10.4. O fornecimento das licenças de uso, documentação, implantação e configuração do software nos servidores e disponibilização dos ambientes de homologação e produção deverão estar concluídos no prazo de até 20 dias após a assinatura da ARP.

10.5. Suporte Técnico: deverá estar disponível a partir da implantação em produção do último módulo do SISTEMA na primeira unidade de saúde o Sesc Ceará até o final da vigência contratual.

10.6. As manutenções corretivas decorrentes de erros ou falhas, necessárias ao bom funcionamento do software, serão de inteira responsabilidade da Fornecedora, portanto sem qualquer ônus ao Sesc Ceará.

10.7. O cronograma a seguir estabelece etapas para a implantação e os prazos máximos para a conclusão destas etapas, que deverão ser observados pela Fornecedora quando da elaboração do plano de trabalho para a implantação.

Etapas	Prazo
Assinatura da ARP	Após término das etapas administrativas
Reunião de Planejamento e Definição de Projeto	10 dias corridos
Parametrização e Customização do SISTEMA para SESC Fortaleza	40 dias corridos
Implantação da solução e fornecimento de licenças da unidade SESC Fortaleza	40 dias corridos
Implantação do SISTEMA e fornecimento de licenças nas outras unidades de saúde do Sesc Ceará	60 dias corridos

11. LOCAL DE EXECUÇÃO

11.1. As unidades estão localizadas conforme abaixo:

Unidade	Endereço	Método de Implantação
Sesc Fortaleza	Rua Clarindo de Queiroz, 1740, Centro	Presencial
Sesc Juazeiro do Norte	Rua da Matriz, 227, Centro, Juazeiro do Norte-CE	
Sesc Crato	Rua André Cartaxo, 443, São Miguel, Crato-CE	
Sesc Panorama	Rua Senador Jaguaribe,nº 324, Centro, Fortaleza-CE	
Sede Administração	R. Pereira Filgueiras, 1070 - Centro, Fortaleza - CE	

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Qualificação Técnica: Para qualificação técnica, deverá a licitante apresentar os seguintes documentos:

12.2. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (DA LICITANTE). Atestado, certidão ou declaração expedido por pessoa Jurídica de direito Público ou Privado, qualificando e comprovando a prestação dos serviços em características com o objeto da presente licitação.

12.3 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desenvolvimento de soluções de informática no modelo SaaS (software como serviço) ou em nuvem da Fornecedora.

12.4. Além de cumprir os postulados de que trata a Cláusula Quarta deste TR tanto acerca da Proposta de Valor como os documentos técnicos que fazem parte dos Documentos de Habilitação.

13. CRONOGRAMA/ PAGAMENTO

13.1. Em até 15 dias corridos, mediante fornecimento dos itens e de nota fiscal com certidões negativas.

13.2. O pagamento à Fornecedora será feito por etapa executada, de acordo com o quadro abaixo:

Projeto			
Etapas		Proporção	Pagamento
1	Implantação da solução - Sesc Fortaleza (projeto de implantação, disponibilização de usuários, parametrização, treinamento de formação de multiplicadores e operação assistida)	40%	30% no início da implantação 70% no final da implantação
2	Implantação da solução - Sesc Panorama (projeto de implantação, parametrização, treinamento de formação de multiplicadores e operação assistida)	15%	20% no início da implantação 80% no final da implantação
3	Implantação da solução - Sesc Juazeiro do Norte (projeto de implantação, parametrização, treinamento de formação de multiplicadores e operação assistida)	15%	20% no início da implantação 80% no final da implantação
4	Implantação da solução - Sesc Crato (projeto de implantação, parametrização, treinamento de formação de multiplicadores e operação assistida)	15%	20% no início da implantação 80% no final da implantação
5	Implantação da solução - Unidades Móveis (projeto de implantação, parametrização, treinamento de formação de multiplicadores e operação assistida)	15%	20% no início da implantação 80% no final da implantação
6	Customização	100%	100% após entrega

13.3. Após a perfeita entrega do objeto homologado, nas condições pactuadas, a **FORNECEDORA** entregará ao **SESC**, a nota fiscal acompanhada das seguintes certidões atualizadas:

- Certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- Certidão negativa de débitos tributários estaduais;
- Certidão negativa de débitos tributários municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS — CRF e;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas — CNDT

13.4. O **SESC** reserva-se o direito de recusar o pagamento se o objeto contratado não estiver sendo prestado de acordo com o proposto, aceito e contratado;

13.5. Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento, em especial a não apresentação das certidões e demais documentos exigidos no contrato, pela apresentação de certidões vencidas ou que perderam a vigência e pela apresentação de documentação em desacordo com o que foi estabelecido, o pagamento somente será efetuado após decisão administrativa;

13.6. O **SESC** poderá deduzir do montante a pagar, as indenizações devidas pela **FORNECEDORA**, em razão da inadimplência, nos termos do presente contrato;

13.7. As notas fiscais / faturas, não aprovadas pelo **SESC** serão devolvidas a **FORNECEDORA**, para as correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, recontando-se o prazo para pagamento a partir da reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas referentes ao objeto deste termo estão contempladas no Plano de Trabalho e a dotação orçamentária será informada no decorrer do fornecimento, durante a vigência da ARP.

15. REEQUILIBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

Eventuais solicitações da **FORNECEDORA**, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço, deverão ser acompanhadas da efetiva comprovação da superveniência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que acarrete grave desequilíbrio do contrato/ ata, não imputável diretamente à **FORNECEDORA**, bem como da demonstração pela **FORNECEDORA** comprovando a alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

16. VIGÊNCIA DA ATA

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado de acordo com a demanda e a legislação vigente (art. 45 da Resolução SESC nº 1593/2024).

17. OBRIGAÇÕES DO SESC

17.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas;

17.2. Apresentar programação ao contratado a fim de auxiliar na organização da correta execução da mesma;

17.3. Notificar imediatamente a **FORNECEDORA**, sobre as falhas ou defeitos observados na execução do objeto homologado.

18. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

18.1. Executar fielmente o objeto contratado conforme as especificações contidas em sua proposta;

18.2. Manter-se durante toda execução da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de rescisão unilateral desta;

18.3. A **FORNECEDORA** se obriga a realizar suas atividades utilizando profissionais regularmente contratados e especializados em suas funções, atendendo à exigência de experiência e formação convencionada. Cabe a

FORNECEDORA total e exclusiva responsabilidade pela condução e coordenação de seu pessoal para a execução das atividades contratadas, além de atender integralmente a toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na previdenciária, na trabalhista, sindical, tributária e cível em especial medicina e segurança do trabalho;

18.4. Arcar com as despesas pelo cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas, encargos sociais, transporte, hospedagem, alimentação, frete, entrega, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e demais despesas diretas e/ou indiretas, necessárias à execução total do objeto homologado, inexistindo qualquer tipo de solidariedade do **SESC**, para com a FORNECEDORA quanto a estas obrigações;

18.5. Cumprir fielmente o objeto homologado de modo que se realize com esmero e perfeição e no prazo estabelecido, executando-o sob sua inteira responsabilidade;

18.6. Não transferir a terceiros a execução do objeto do presente instrumento, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do **SESC**;

18.7. Cumprir as atividades com profissionais especializados, assumindo total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação aplicável referente ao objeto de que trata o presente instrumento;

18.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do **SESC** ou em qualquer outro local onde estejam prestando os serviços objeto do presente instrumento, devendo adotar as providências que exigir a legislação em vigor;

18.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas vigentes de segurança do trabalho;

18.10. Cumprir as leis e regulamentos de que tratam a segurança do trabalho, bem como as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais postulados vigentes;

18.11. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte do **SESC**, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

18.12. Responder perante o **SESC** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto deste contrato;

18.13. Informar imediatamente o **SESC** toda e qualquer excepcionalidade durante a execução do objeto deste TR, que possam por ventura atrasar o serviço e/ou as condições de entrega e execução;

18.14. Cumprir os critérios de sustentabilidade quanto ao objeto do presente TR, observando fielmente o que preceitua as boas práticas e a legislação vigente sobre a matéria;

18.15. Não empregar menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

18.16. Não empregar trabalhadores em trabalhos degradantes ou forçados;

18.17. Quando da necessidade de apresentação de relatórios que sejam impressos preferencialmente em papel reciclado;

18.18. A FORNECEDORA deverá zelar pela imagem institucional do **SESC**;

18.19. DIRETRIZES ANTICORRUPÇÃO: As partes concordam que executarão as obrigações contidas neste TR de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao Sistema SESC na forma da lei vigente.

§ 1 – A FORNECEDORA assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do SESC.

§ 2 – Nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste TR, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

§ 3 – As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste contrato.

19. FISCALIZAÇÃO E GESTÃOFiscal da ARP: Lady Diana Arruda Mota (Sesc Fortaleza)

Fiscal da ARP: Layla Camilla de Souza Noronha (Sesc Panorama)

Fiscal da ARP: Márcia Acioly Lins Figueira (Sesc Crato)

Fiscal da ARP: Ana Paula Custodio Ferreira (Sesc Juazeiro)

Fiscal da ARP: Wagner Costa Viana (Gerência de Tecnologia da Informação)

Gestor do contrato: Lara Silva Mendes Borges e Erika Patrícia Pinheiro Franklin (Gerência de Saúde)

II- Parâmetros observados na fiscalização

A empresa apresentou as certidões negativas?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
A empresa cumpriu os prazos de implantação?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
A empresa cumpriu os prazos de suporte técnico?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
A empresa apresentou plano de backup e recuperação?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
A empresa comprovou capacidade de armazenar os dados em nuvem?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
A empresa comprovou capacidade técnica para atender a demanda?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
A empresa comprovou o funcionamento do sistema em nuvem?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
A empresa disponibilizou os dados para consulta/extração?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
A empresa disponibilizou API para integrações?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
A empresa integrou com os sistemas necessários para implantação da solução	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

Fortaleza, 24 de novembro de 2025

Lara Silva Mendes Borges
Gerente- Programa Saúde

ANEXO II - REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

ANEXO II - REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

Neste tópico estão relacionados os requisitos técnicos obrigatórios que o SISTEMA deve atender.

Orientações para o preenchimento da Planilha de Requisitos Técnicos Obrigatórios:

- Os requisitos listados no presente Anexo devem ser atendidos, preferencialmente, de forma nativa pela solução. As funcionalidades implementadas via customização devem ser incorporadas de forma transparente na solução, de forma que fiquem disponíveis por meio da interface gráfica.
- Na coluna “**Atende**”, deverá ser informado se o requisito é atendido respondendo SIM ou NÃO.
- Na coluna “**Forma de Atendimento**”, indicar como o requisito será atendido (Nativo, Customização, Parametrização ou Não Atende);
- Na coluna “**Esforço para Customização ou Parametrização**”, quando for indicado na coluna “Forma de Atendimento” a opção Customização ou Parametrização, indicar o esforço em horas.

ANEXO II - REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

Módulo	Código do Requisito	Requisito	Atende: Sim ou Não	Forma de Atendimento (nativo, customização, parametrização ou não atende)	Esforço para Customização ou Parametrização (UST)
Módulo Agendamento	RT001	O SISTEMA deve contemplar o cadastramento de feriados do ano (municipais, estaduais e nacionais), recurso a ser utilizado para agendamento e publicação de resultados de exames.			
Módulo Agendamento	RT002	O SISTEMA deve permitir o cadastro de itens de agendamento, com distinção dos itens cadastrados por tipo de procedimento e especialidade, abrangendo todas as especialidades do Sesc - Ceará.			
Módulo Agendamento	RT003	O SISTEMA deve permitir no cadastro de itens de agendamento, a configuração do tempo padrão para o atendimento.			
Módulo Agendamento	RT004	O SISTEMA deve alertar o usuário sobre conflitos de itens de agendamento.			

Módulo Agendamento	RT005	O SISTEMA deve permitir a configuração dos itens de agendamento os profissionais habilitados para executarem os respectivos agendamentos e os tempos de execução desses itens conforme a especialidade.			
Módulo Agendamento	RT006	O SISTEMA deve prover mecanismos de restrição de acesso de determinados usuários para agendamento, ou seja, somente usuários com permissão de acesso poderão realizar os agendamentos.			
Módulo Agendamento	RT007	O SISTEMA deve permitir a configuração de restrições para itens de agendamento como procedimentos que não podem ser realizados simultaneamente pelo paciente, e que também necessitam de um intervalo de tempo para que possam ser executados.			
Módulo Agendamento	RT008	O SISTEMA deve ser capaz de acusar e impedir conflitos na utilização de itens de agendamento, conforme restrições previamente cadastradas.			
Módulo Agendamento	RT009	O SISTEMA deve permitir o cadastro de escalas com definição do dia da semana e horário inicial e final de atendimento da escala para o dia.			
Módulo Agendamento	RT010	O SISTEMA deve permitir o cadastro da quantidade de atendimentos programados no intervalo de tempo configurado na escala do dia, indicando o tipo de profissional ou especialidade com as quantidades de atendimentos disponíveis por profissional ou especialidade.			

Módulo Agendamento	RT011	O SISTEMA deve permitir o cadastro da quantidade de encaixes programados na escala do dia por tipo de profissional ou especialidade.			
Módulo Agendamento	RT012	O SISTEMA deve permitir o cadastro da escala por prestador, por dia da semana com a quantidade de atendimentos possíveis por tipo de atendimento (primeira consulta, consulta subsequente e retornos).			
Módulo Agendamento	RT013	O SISTEMA deve permitir o cadastramento de atendimentos sob demanda, para casos em que uma agenda não se aplicar a determinada especialidade ou atendimento.			
Módulo Agendamento	RT014	No cadastro da escala de cada especialidade, deve ser possível indicar os itens de agendamento pertinentes ao atendimento (consultório, recurso, setor, equipamento).			
Módulo Agendamento	RT015	O SISTEMA deve possuir recurso para disponibilização de agendas baseadas nas escalas previamente configuradas, respeitando critérios pré-estabelecidos (tempo de abertura da agenda).			
Módulo Agendamento	RT016	O SISTEMA deve permitir a alteração de escalas sem a necessidade da criação de uma nova escala, ou seja, alterações que somente serão aplicadas a um determinado dia de uma escala existente. (Exemplos: troca de intervalo de atendimento, troca de profissional, modificação na quantidade de atendimentos de um determinado profissional).			

Módulo Agendamento	RT017	O SISTEMA deve permitir desativação de escalas já cadastradas e que não serão mais utilizadas ou disponibilizadas.			
Módulo Agendamento	RT018	O SISTEMA deve permitir a exclusão de uma ou mais agendas já disponibilizadas para marcação.			
Módulo Agendamento	RT019	O SISTEMA deve permitir o bloqueio de intervalo de horário na agenda médica disponibilizada, geral ou por profissional.			
Módulo Agendamento	RT020	O SISTEMA deve permitir o bloqueio de agendas por especialidades através de justificativa para tal ação (por exemplo, falta, participação em congresso, licença e férias).			
Módulo Agendamento	RT021	O SISTEMA deve realizar o agendamento de múltiplos procedimentos de uma única vez e na mesma tela, ou seja, deve permitir o agendamento de procedimentos tais como consultas, tratamentos (por exemplo, odontologia, fisioterapia, etc.) assim como exames (por exemplo, imagem), possibilitando aos usuários executarem em uma única operação o agendamento de exames, consultas e outros procedimentos de forma conjunta para o mesmo paciente.			

Módulo Agendamento	RT022	O SISTEMA deve permitir pesquisar por horários disponíveis nas diferentes agendas cadastradas, onde ao mesmo tempo deve verificar os vários itens a serem agendados e buscar a melhor data para realização, evitando assim o deslocamento do paciente em datas e/ou horários diferentes para realizar mais de um exame ou consulta.			
Módulo Agendamento	RT023	O SISTEMA deve possibilitar a pesquisa rápida de consultas agendadas para pacientes, informando dados como médico, data e horário agendado.			
Módulo Agendamento	RT024	O SISTEMA deve permitir informar se um determinado exame agendado necessitará de jejum ou preparo especial.			
Módulo Agendamento	RT025	O SISTEMA deve permitir registrar informações relevantes ao paciente, conforme a especialidade de atendimento.			
Módulo Agendamento	RT026	O SISTEMA deve permitir registrar o agendamento de procedimentos que sejam realizados em grupos de pacientes em um mesmo horário (por exemplo, fisioterapia, pilates, etc).			
Módulo Agendamento	RT027	O SISTEMA deve permitir a impressão de comprovante de agendamento para pacientes, contendo os seguintes dados: data, horário, especialidade, profissional, tipo de atendimento, número do prontuário e nome do paciente.			

Módulo Agendamento	RT028	O SISTEMA deve imprimir etiquetas contendo quaisquer informações pertencentes ao prontuário, tais como: nome do completo, nome da mãe e data de nascimento, dentre outras.			
Módulo Agendamento	RT029	O SISTEMA deve permitir fazer o registro de encaixes na agenda, obedecendo ao número de encaixes pré-estabelecido no cadastro de escalas.			
Módulo Agendamento	RT030	O SISTEMA deve permitir fazer a transferência de um item agendado de uma data para outra ou de um profissional para outro. O SISTEMA deve registrar o usuário responsável pela transferência e solicitar o preenchimento de um campo de justificativa para a transferência.			
Módulo Agendamento	RT031	O SISTEMA deve permitir fazer o cancelamento de um item agendado informando o motivo do cancelamento. O SISTEMA deve registrar a data, horário e o usuário responsável pelo cancelamento.			
Módulo Agendamento	RT032	O SISTEMA deve possuir tela de consulta que mostre os agendamentos cancelados, data, horário e o usuário que executou a operação assim como o motivo do cancelamento.			

Módulo Agendamento	RT033	O SISTEMA deve possibilitar a pesquisa rápida de consultas agendadas que foram canceladas para um determinado paciente, informando dados como médico, data e horário agendado, usuário que cadastrou o agendamento, a data e horário do cancelamento, e o usuário que realizou o cancelamento e motivo do cancelamento.			
Módulo Agendamento	RT034	O SISTEMA deve possuir tela de pesquisa dos itens agendados por paciente com a informação da data do agendamento, hora do agendamento e profissional, assim como os procedimentos agendados e usuário responsável pelo registro do agendamento.			
Módulo Agendamento	RT035	O SISTEMA deve permitir a impressão da agenda de um determinado profissional por determinado período.			
Módulo Agendamento	RT036	O SISTEMA deve enviar lembrete de agendamento por meio de SMS, telefone e/ou e-mail no momento da marcação e no dia anterior ao agendamento.			
Módulo Agendamento	RT037	O SISTEMA deve permitir agendamento dos pacientes de acordo com as categorias: comerciante, dependente, usuário, conveniado, idoso ou avulso			
Módulo Agendamento	RT038	O SISTEMA deve permitir o agendamento de procedimentos realizados em turma.			
Módulo Agendamento	RT039	O SISTEMA deve possibilitar o agendamento de retorno das consultas e configuração do retorno das consultas médicas dentro de 30 dias, sem cobrança para o cliente.			

Módulo Agendamento Web	RT040	O SISTEMA deve permitir a visualização dos horários, unidades e profissionais com disponibilidade.			
Módulo Agendamento Web	RT041	O SISTEMA deve permitir a marcação, alteração e exclusão dos agendamentos.			
Módulo Agendamento Web	RT042	O SISTEMA deve permitir o agendamento de consultas, exames e procedimentos em um único acesso.			
Módulo Agendamento Web	RT043	O SISTEMA deve fornecer as instruções de preparo para realização de exames, procedimentos e/ou consultas.			
Módulo Agendamento Web	RT044	O SISTEMA deve disponibilizar o histórico dos agendamentos para consulta.			
Módulo Agendamento Web	RT045	O SISTEMA deve enviar lembrete de agendamento por meio de SMS, Whats app, telefone e/ou e-mail no momento da marcação e no dia anterior ao agendamento.			
Módulo Agendamento Web	RT046	O SISTEMA deve solicitar a confirmação de presença e cancelamento por meio de SMS, Whats app e/ou e-mail no dia anterior ao agendamento.			
Módulo Agendamento Web	RT047	O SISTEMA deve permitir a marcação de exames, procedimentos e/ou consultas em todos os dias da semana, 24 horas por dia.			
Módulo Agendamento Web	RT048	O SISTEMA deve fazer backup diariamente.			
Módulo Agendamento Web	RT049	O SISTEMA deve realizar marcação, remarcação e cancelamento de agendamentos.			

Módulo Agendamento Web	RT050	O SISTEMA deve enviar orientações via e-mail, SMS, Whats app-sobre o agendamento.			
Módulo Agendamento Web	RT051	O SISTEMA deve permitir a configuração de restrições para solicitações de cancelamento.			
Módulo Agendamento Web	RT052	O SISTEMA deve possibilitar o agendamento de retorno das consultas e configuração do retorno das consultas médicas dentro de 30 dias, sem cobrança para o cliente.			
Módulo Atendimento	RT053	O SISTEMA deve registrar todos os acessos realizados pelos usuários, com data e horário, identificação do usuário e endereço IP da máquina utilizada.			
Módulo Atendimento	RT054	O SISTEMA deve permitir a configuração de grupos de acesso para dados e formulários, permitindo a restrição em nível de usuário.			
Módulo Atendimento	RT055	O SISTEMA deve permitir o cadastramento de diferentes perfis de usuários, organizados por especialidade e profissional de saúde.			
Módulo Atendimento	RT056	O SISTEMA deve permitir a configuração de restrições de visualização e alterações de informações, conforme padrões determinados pelo Sesc - Ceará (por exemplo, profissionais de enfermagem somente podem alterar dados da tela de prescrição de enfermagem, não podendo alterar dados da tela de prescrição de médica).			
Módulo Atendimento	RT057	O SISTEMA deve listar os pacientes que estão recebendo atendimento na respectiva unidade.			

Módulo Atendimento	RT058	O SISTEMA emitir mensagens de alerta quando houver duplicidade dos dados cadastrais, assim como não permitir cadastros duplicados.			
Módulo Atendimento	RT059	O SISTEMA deve importar a base cadastral de CEP dos correios e permitir a pesquisa do CEP por endereço, ou então associar o endereço ao CEP informado pelo paciente no momento do cadastro.			
Módulo Atendimento	RT060	O SISTEMA deve possibilitar fazer a confirmação do atendimento de paciente previamente agendado, a partir de uma tela de consulta, realizando a impressão de documentos necessários ao atendimento.			
Módulo Atendimento	RT061	O SISTEMA deve lançar a produtividade dos profissionais que executam os atendimentos.			
Módulo Atendimento	RT062	O SISTEMA deve permitir registrar atendimentos do tipo encaixe ou de pacientes sem o respectivo agendamento.			
Módulo Atendimento	RT063	O SISTEMA deve informar ao profissional, em tela de consulta, quais pacientes estão aguardando na recepção para serem atendidos de acordo com a sua agenda.			

Módulo Atendimento	RT064	O SISTEMA deve possibilitar ao profissional fazer o registro do atendimento no prontuário eletrônico do paciente com os dados clínicos da consulta tais como exame físico, diagnóstico, tratamento, dados de controle de vacina, padrão de crescimento em pediatria e dados antropométricos completos em consultas de nutrição, como também fazer a emissão de atestados, laudos, solicitações de exames de imagem e análises clínicas, prescrições, receitas, por todas as categorias profissionais atuantes nas unidades do Sesc.			
Módulo Atendimento	RT065	O SISTEMA deve possibilitar ao profissional fazer o registro do atendimento no prontuário eletrônico do paciente em suas diversas etapas: anamnese (primeiro atendimento), diagnóstico (evolução do caso clínico de um paciente), prescrição (realizada dentro da unidade), receituário, encaminhamento (quando um paciente deve passar pelo diagnóstico de outros profissionais), atestado médico e odontológico e atestado de comparecimento.			
Módulo Atendimento	RT066	O SISTEMA deve permitir adaptações nos documentos do prontuário eletrônico conforme cada uma das especialidades médicas e dos profissionais de saúde praticadas nas unidades de saúde do Sesc - Ceará.			

Módulo Atendimento	RT067	O SISTEMA deve possibilitar ao profissional durante a consulta visualizar o prontuário eletrônico do paciente com todo o histórico dos atendimentos anteriores e suas informações clínicas, tais como: exame físico, diagnóstico e tratamento, resultado de exames de imagem, análises clínicas, patologia clínica, sinais vitais, alergias, cirurgias, e todos os documentos que formam o prontuário do paciente.			
Módulo Atendimento	RT068	O SISTEMA deve permitir a visualização um resumo de informações da evolução do paciente em seu prontuário eletrônico. A evolução clínica deve ser visualizada pela ordem cronológica do atendimento, permitindo a sua visualização completa.			
Módulo Atendimento	RT069	O SISTEMA deve permitir ao profissional registrar o resultado do atendimento informando também dados como CID do atendimento. O CID (Código Internacional de Doenças – CID/10) deve estar disponível, mas seu preenchimento não será obrigatório.			
Módulo Atendimento	RT070	O SISTEMA deve permitir que os profissionais de saúde tenham acesso pela tela do SISTEMA, aos resultados (laudos) e as imagens dos exames realizados dentro da unidade de saúde do Sesc - Ceará, por meio de interfaceamento.			

Módulo Atendimento	RT071	O SISTEMA deve possibilitar que algumas informações clínicas sejam restritas (confidenciais), para acesso somente por determinados profissionais que estejam habilitados para isso. Também deve ser possível restringir informações a usuários específicos.			
Módulo Atendimento	RT072	O SISTEMA deve possuir ferramenta flexível para criação de gabaritos e formulários de avaliação clínica por especialidade, com as seguintes características: · Perguntas; · Respostas de múltipla escolha possíveis para cada pergunta e faixas de valores aceitáveis; · Ferramenta de estruturação de fórmulas para a execução dos cálculos que compõem as pontuações; · Deve ter opções de campos de checar e campos de texto livre.			
Módulo Atendimento	RT073	O SISTEMA deve permitir a criação de avaliações de satisfação dos clientes conforme o atendimento realizado.			
Módulo Atendimento	RT074	O SISTEMA deve permitir a fazer a configuração dos campos que terão preenchimento obrigatório na prescrição por grupo/esquema de prescrição.			
Módulo Atendimento	RT075	O SISTEMA deve possibilitar fazer a configuração de horários padronizados por setor.			
Módulo Atendimento	RT076	O SISTEMA deve permitir fazer a configuração das justificativas de atraso.			

Módulo Atendimento	RT077	O SISTEMA deve permitir fazer a configuração de protocolos de atendimento.			
Módulo Atendimento	RT078	O SISTEMA deve permitir fazer a configuração de diagnósticos de acordo com as especialidades do Sesc - Ceará.			
Módulo Atendimento	RT079	O SISTEMA deve permitir configurar o aprazamento das medicações, vacinas e horários da realização dos procedimentos.			
Módulo Atendimento	RT080	O SISTEMA deve permitir fazer a prescrição de itens de medicamentos, materiais, procedimentos, orientações, cuidados assistenciais, exames clínicos e de imagem, monitoração e demais itens pertinentes a uma prescrição.			
Módulo Atendimento	RT081	O SISTEMA deve permitir informar a data e hora inicial de aplicação ou execução de um item prescrito.			
Módulo Atendimento	RT082	O SISTEMA deve possuir campo descritivo para o registro de observações para cada item prescrito quando necessário.			
Módulo Atendimento	RT083	O SISTEMA deve permitir a utilização de prescrições de datas anteriores a atual. Ou seja, o profissional terá a possibilidade de utilizar informações de prescrições anteriores para uma nova prescrição.			
Módulo Atendimento	RT084	O SISTEMA deve permitir fazer a prescrições baseados em protocolos de atendimento previamente cadastrados e que estejam compatíveis com o diagnóstico registrado para o paciente.			

Módulo Atendimento	RT085	O SISTEMA deve permitir promover alteração de prescrições copiadas de datas anteriores ou de prescrições padronizadas ou então de protocolos de atendimento previamente definidos.			
Módulo Atendimento	RT086	O SISTEMA deve permitir o cadastro de reações alérgicas para um paciente, para determinados itens de prescrição, alertando o profissional de saúde no momento da prescrição quando aquele item for prescrito. Para esses itens, deve ser possível visualizar os efeitos causados em caso de contato com a substância prescrita.			
Módulo Atendimento	RT087	O SISTEMA deve exigir justificativa quando desejar manter a prescrição de um medicamento para o paciente que possuía reação alérgica a uma substância contida no produto prescrito pelo médico assistente.			
Módulo Atendimento	RT088	O SISTEMA deve alertar ao médico assistente no momento da prescrição quando for prescrito um item que possua interação medicamentosa com outro medicamento prescrito anteriormente e evidenciar quais efeitos ocorrerão assim como o grau da interação.			
Módulo Atendimento	RT089	O SISTEMA deve emitir alerta ao médico assistente se a quantidade prescrita ultrapassa a quantidade máxima configurada para o item.			

Módulo Atendimento	RT090	O SISTEMA deve emitir alerta ao médico assistente se a quantidade de dias de aplicação ultrapassa a quantidade máxima configurada para o item.			
Módulo Atendimento	RT091	O SISTEMA deve possuir recurso que obrigue o profissional a preencher todos os campos obrigatórios do documento eletrônico, não permitindo fechar este documento enquanto possuir campos obrigatórios não preenchidos.			
Módulo Atendimento	RT092	O SISTEMA deve permitir promover alterações nos itens prescritos enquanto a prescrição não estiver fechada.			
Módulo Atendimento	RT093	O SISTEMA não deve permitir alterações nas prescrições que estiverem fechadas.			
Módulo Atendimento	RT094	O SISTEMA deve possibilitar, na tela do prontuário e de prescrição, os resultados de exames de análises clínicas realizados pelo paciente no atendimento em curso como também em atendimentos anteriores.			
Módulo Atendimento	RT095	A tela do SISTEMA deve permitir a visualização de todos os exames listados conforme critério específico de pesquisa (Exemplo: Critério cronológico). Mesmo que não seja um exame do próprio SISTEMA, deve constar determinado exame cadastrado e o arquivo específico para download.			

Módulo Atendimento	RT096	O SISTEMA deve permitir que alguns exames e seus respectivos dados sejam preenchidos manualmente. Os campos dos exames devem existir com faixas de valores, para cadastramento manual. O médico poderá preencher esses exames.			
Módulo Atendimento	RT097	O SISTEMA deve possibilitar, na tela do prontuário e de prescrição, os resultados de exames de imagem realizados pelo paciente no atendimento em curso como também em atendimentos anteriores.			
Módulo Atendimento	RT098	O SISTEMA deve possibilitar, na tela do prontuário e de prescrição, acesso às imagens de exames realizados em equipamentos de diagnóstico por imagem.			
Módulo Atendimento	RT099	O SISTEMA deve ter tela com acesso a informações demográficas do paciente.			
Módulo Atendimento	RT100	O SISTEMA deve ter tela com acesso a atendimentos anteriores do paciente na instituição. A organização e visualização desses atendimentos devem ser em ordem cronológica.			
Módulo Atendimento	RT101	O SISTEMA deve possuir tela com acesso aos dados de pareceres médicos de um paciente durante o atendimento em curso.			
Módulo Atendimento	RT102	O SISTEMA deve ter acesso à tela de resumo clínico do paciente com as seguintes informações: · Dados cronológicos; · Resultados de exames; · Sinais Vitais com Gráficos; · Diagnósticos; · Tratamentos.			

Módulo Atendimento	RT103	O SISTEMA deve possuir no prontuário do paciente opção para consultar em tela todas as avaliações realizadas no paciente, com resultados obtidos e suas respectivas datas de realização.			
Módulo Atendimento	RT104	O SISTEMA deve permitir o registro de sinais vitais de um determinado paciente em seu prontuário eletrônico.			
Módulo Atendimento	RT105	O SISTEMA deve permitir a geração de relatório de atendimento para todas as especialidades médicas ou de saúde praticadas no Sesc - Ceará, contendo as seguintes informações: data, hora, prontuário, nome do paciente, sexo, idade, diagnóstico, procedência e procedimentos. O relatório deve consolidar informações como quantidades de atendimentos por período e procedimentos realizados.			
Módulo Atendimento	RT106	O SISTEMA deve ser integrado com os painéis de atendimento e para chamada dos pacientes.			
Módulo Atendimento	RT107	O SISTEMA deve permitir a geração de relatório contendo todos os pacientes, conforme critérios de pesquisa pré-determinados. O SISTEMA deve prover flexibilidade para a escolha dos filtros de pesquisa e dos campos a serem exibidos no relatório.			
Módulo Atendimento	RT108	O SISTEMA deve permitir a visualização das últimas senhas chamadas.			
Módulo Atendimento	RT109	O SISTEMA deve permitir configurar se os processos de atendimento serão controlados e utilizados pelo painel e chamada.			

Módulo Atendimento	RT110	O SISTEMA deve permitir a configuração/habilitação de quais campos serão apresentados na tela/painel de atendimento para chamada de pacientes.			
Módulo Atendimento	RT111	O SISTEMA deve ser capaz de gerar relatórios contendo levantamentos de informações como: número de pacientes, diagnóstico, faixa etária e município. Também deve ser possível gerar relatórios estatísticos de atendimentos, por bairro, cidade, médico, especialidade, faixa etária, serviço, CID, sexo, faixa etária x sexo e falta em consultas/exames.			
Módulo Atendimento	RT112	O SISTEMA deve prover mecanismo de consulta aos atendimentos anteriores permitindo pesquisar através dos filtros: nome, número do atendimento, prontuário, tipo de atendimento e/ou data de atendimento.			
Módulo Atendimento	RT113	O SISTEMA deve permitir chamada com som e com a leitura da senha ou do nome do paciente.			
Módulo Atendimento	RT114	O SISTEMA deve permitir o registro da checagem dos procedimentos realizados nos pacientes.			
Módulo Atendimento	RT115	O SISTEMA deve permitir o registro do cancelamento dos procedimentos não realizados nos pacientes com respectivo motivo.			
Módulo Atendimento	RT116	O SISTEMA deve atualizar automaticamente o status do paciente no painel de atendimento e chamada.			

Módulo Atendimento	RT117	O SISTEMA deve analisar em tempo real a quantidade de senhas distribuídas por tipo de serviço (ex.: vacina, consulta odontológica, pilates, entre outros), quantidade de atendimentos finalizados e quantidade de pacientes cadastrados por dia/semana/mês/ano.			
Módulo Atendimento	RT118	O SISTEMA deve permitir a emissão e gerar indicador da quantidade de senhas normais e senhas preferenciais distribuídas.			
Módulo Atendimento	RT119	O SISTEMA deve gerar indicadores com a quantidade e percentual de pacientes classificados por especialidade.			
Módulo Atendimento	RT120	O SISTEMA deve gerar indicador com a quantidade e percentual de pacientes cadastrados por comerciante, dependente, usuário, conveniado e idoso.			
Módulo Atendimento	RT121	O SISTEMA deve gerar indicador com a quantidade e percentual de pacientes atendidos por especialidade e tempo médio de atendimento por especialidade.			
Módulo Atendimento	RT122	O SISTEMA deve possibilitar a configuração da fila que o painel irá fazer a gestão do atendimento.			
Módulo Atendimento	RT123	O SISTEMA deve apresentar de maneira gráfica os indicadores para fazer análise do tempo médio de espera para atendimento (cadastro, triagem, consulta, procedimentos, etc.).			
Módulo Atendimento	RT124	O SISTEMA deve prover acesso aos diversos atendimentos realizados em um determinado paciente.			

Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT164	O SISTEMA deve permitir a geração de relatórios gerenciais, gráficos e estatísticos e etiquetas totalmente parametrizáveis pelo usuário, contendo todas as informações possíveis utilizadas no SISTEMA, segmentadas por módulo. Para a confecção dos relatórios não deve haver necessidade de desenvolvimento por programadores.			
Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT165	O SISTEMA deve possuir funcionalidades para geração de gráficos (em linha, pizza, barra, em 2 ou 3 dimensões) com os dados indicados pelo usuário.			
Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT166	O SISTEMA deve permitir a consulta por indicadores de gestão, fornecendo informações sobre tempos de atendimento, performance médica e outras análises, além de amostragem de informações de consultas de todas as especialidades.			
Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT167	As funcionalidades desse módulo devem estar disponíveis a todos os outros módulos do SISTEMA, para a geração de relatórios específicos por especialidade.			
Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT168	O SISTEMA deve possibilitar a extração de dados e realização de cálculos sobre esses dados para pesquisa científica, com a disponibilidade de tratá-los com objetivos estatísticos.			
Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT169	O SISTEMA deve possibilitar a extração de dados a partir do tipo ou faixa de resultados segmentados por: faixa etária, sexo, bairro, cidade, profissão, entre outros.			

Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT170	O SISTEMA deve permitir a pesquisa por palavras chave e organização por data.			
Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT171	O SISTEMA deve permitir a emissão de relatório por período, do fluxo de atendimentos registrados nas unidades de saúde do Sesc - Ceará, ordenados por dia e horário.			
Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT172	O SISTEMA deve gerar relatórios específicos relacionados ao consumo de insumos, materiais, medicamentos e vacinas de acordo com o que foi utilizado no paciente.			
Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT173	O SISTEMA deve prover a geração de relatórios de levantamento estatístico diário dos serviços e de indicadores estatísticos de produção por especialidade, por profissional, por convênio/prestadores , por segmento de cliente.			
Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT174	O SISTEMA deve permitir pesquisar e gerar relatório do percurso dos clientes com tempo médio de espera para os atendimentos previstos, tempo de atendimento por setor, CID, tempo de permanência total, dentre outros, possibilitando a impressão.			
Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT175	O SISTEMA deve permitir a extração de dados existentes na base de dados do sistema, por meio de um gerador de relatórios, possibilitando cálculos e cruzamento de variáveis.			

Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT176	O SISTEMA deve permitir a extração da quantidade de exames por tipo e categoria do cliente: laboratoriais, complementares e de imagens previstos e realizados, por situação, por um determinado período.			
Módulo relatórios, pesquisa e indicadores de gestão	RT177	O SISTEMA deve permitir a extração de dados de taxa de ocupação das especialidades em um determinado período e categoria do cliente.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT184	O SISTEMA deve permitir a configuração da prescrição eletrônica do paciente por tipo de atendimento, especialidade e por tipo de profissional.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT185	O SISTEMA deve permitir registro das fichas de admissão e demais documentos que compõem o prontuário eletrônico do paciente em formulários eletrônico totalmente configuráveis.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT186	O SISTEMA deve permitir registro da evolução médica, evolução de enfermagem, evolução da equipe multidisciplinar e evolução odontológica.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT187	O SISTEMA deve permitir prescrição de medicamentos, solicitação eletrônica de exames de imagens, exames laboratoriais.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT188	O SISTEMA deve permitir a prescrição de cuidados e procedimentos.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT189	O SISTEMA deve permitir prescrição eletrônica baseado em protocolos clínicos parametrizáveis, e criação/configuração de prescrições padronizadas.			

Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT190	O SISTEMA deve permitir emissão de alertas de reações alérgicas a substâncias de interação medicamentosa e superdosagens.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT191	O SISTEMA deve permitir desenvolvimento, alteração e cancelamento dos documentos eletrônicos.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT192	O SISTEMA deve permitir evidenciar pendências e alertas do paciente.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT193	O SISTEMA deve permitir registro de sinais vitais.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT194	O SISTEMA deve permitir registro do diagnóstico médico baseado na tabela CID.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT195	O SISTEMA deve permitir cálculo automático da dose do medicamento baseado na superfície corpórea.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT196	O SISTEMA deve permitir inclusão de cópia de prescrições de datas anteriores ou atuais.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT197	O SISTEMA deve permitir cancelamento de prescrições, suspensão de itens prescritos, emissão de receitas, atestados, comprovantes de comparecimento, laudos, termo de consentimento, parecer, encaminhamento do paciente e definição do diagnóstico.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT198	O SISTEMA deve permitir registro eletrônico da descrição de procedimentos intervenção ambulatoriais.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT199	O SISTEMA deve permitir solicitação eletrônica de parecer médico, de enfermagem, equipe multidisciplinar e odontológico.			

Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT200	O SISTEMA deve permitir registro de encaminhamento do paciente a outras especialidades.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT201	O SISTEMA deve permitir registro de alergias do paciente e vacinas.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT202	O SISTEMA deve permitir anexar documentos digitalizados como: DOC, DOCX, XLS, XLSX, PPT, PPTX, PDF, JPEG, PNG e extensões de imagens em geral.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT203	O SISTEMA deve permitir registrar a finalização do atendimento.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT204	O SISTEMA deve permitir configuração das funcionalidades de acordo com a necessidade de cada usuário.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT205	O SISTEMA deve permitir visualização da lista de pacientes.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT206	O SISTEMA deve permitir visualização do resumo clínico e do prontuário do paciente.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT207	O SISTEMA deve permitir registro da opinião do paciente dos atendimentos realizados.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT208	O SISTEMA deve permitir a inclusão de informações referente ao uso de materiais, insumos e medicamentos utilizados no paciente.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT209	O SISTEMA deve permitir a representação visual de cada dente, identificado com seu respectivo número e com legenda, por meio do Odontograma.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT210	O SISTEMA deve permitir a realização de Teleconsulta/consulta online. O acesso do profissional ao Prontuário Eletrônico do paciente deve ocorrer simultaneamente à realização teleconsulta			

Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT211	O SISTEMA deve possuir criptografia das teleconsultas e permitir envio de receitas e pedido de exames com assinatura eletrônica para e-mail do cliente.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT212	O SISTEMA deve permitir ao profissional de saúde no momento da teleconsulta, ver e falar com o paciente pela internet, enquanto revisa e/ou preenche informações no Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP).			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT213	O SISTEMA deve permitir criação de um link de acesso para o paciente acessar a teleconsulta, quando realizado um agendamento de teleconsulta.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT214	O SISTEMA deve permitir envio do link de acesso à teleconsulta por e-mail e whats app para o paciente.			
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	RT215	O SISTEMA deve gerar gráficos de evolução clínica do paciente, por consulta.			

ANEXO III - REQUISITOS FUNCIONAIS OBRIGATÓRIOS

ANEXO III- REQUISITOS FUNCIONAIS OBRIGATÓRIOS

Neste tópico estão relacionados os requisitos funcionais obrigatórios que o SISTEMA deve atender.

Orientações para o preenchimento da Planilha de Requisitos:

- Os requisitos listados no presente Anexo devem ser atendidos, preferencialmente, de forma nativa pela solução. As funcionalidades implementadas via customização devem ser incorporadas de forma transparente na solução, de forma que fiquem disponíveis por meio da interface gráfica.
- Na coluna **“Atende”** deverá informar se o requisito é atendido preenchendo: SIM ou NÃO.
- Na coluna **“Forma de Atendimento”**, indicar como o requisito será atendido (Nativo, Customização, Parametrização ou Não Atende);
- Na coluna **“Esforço para Customização ou Parametrização”**, quando for indicado na coluna “Forma de Atendimento” a opção “Customização” ou “Parametrização”, indicar o esforço em horas.

ANEXO III - REQUISITOS FUNCIONAIS OBRIGATÓRIOS

Número do Requisito	Descrição do Requisito	Atende: Sim ou Não	Forma de Atendimento (nativo, customização, parametrização ou não atende)	Esforço para Customização ou Parametrização (UST)
RF01	Acesso mediante login e senha com definição de perfil: permissões e restrições do colaborador do Sesc quanto às consultas e às ações a executar.			
RF02	Acesso ao sistema por login integrado ao Active Directory ou pelo Office 365 (Single Sing-On).			
RF03	Deve permitir no mínimo a importação de arquivos dos tipos: xls ou xlsx para carga inicial dos cadastros do sistema.			
RF04	O sistema deve permitir configuração de identidade visual permitindo, no mínimo, a inclusão da logomarca do Sesc - Ceará nos relatórios.			
RF05	Deve permitir gerar Curva ABC de Insumos e Serviços, com relatórios, gráficos e exportação para Excel.			
RF06	Deve permitir realizar Reajuste de Preços de Insumos (por grupo ou subgrupo), utilizando fator de reajustamento.			
RF07	Deve permitir alterar os preços dos insumos (materiais, equipamentos).			
RF08	O sistema deve permitir assinatura digital com certificado digital desde receitas, atestados a pedidos de exame.			
RF09	Imprimir os registros assinados digitalmente utilizando ao menos uma das seguintes opções: • Mensagem de rodapé: impressa em cada registro assinado digitalmente; e/ou • Relatório de assinaturas: impresso para um conjunto de registros assinados digitalmente.			
RF10	Condição: impressão de mensagem de rodapé. Em caso de impressão de mensagem de rodapé (em cada registro assinado digitalmente), as assinaturas dos registros devem ser validadas no momento da impressão.			
RF11	Condição: impressão de relatório de assinaturas. Em caso de impressão de relatório de assinaturas (para um conjunto de registros assinados digitalmente), todos os registros assinados devem ser validados no momento da geração do relatório e da impressão dos registros.			

RF12	Após a autenticação do usuário, deverá ser apresentada a data e hora da última autenticação bem-sucedida e se houve falhas desde então. As mensagens de erro anteriores à autenticação do usuário deverão indicar apenas informações indispensáveis.			
RF13	O SISTEMA deve permitir a administração da definição dos usuários hierarquicamente, onde o superior hierárquico define as características de seu subordinado, restrito ao seu próprio limite de abrangência de uso, possibilitando a adoção de uma administração centralizada ou descentralizada.			
RF14	O SISTEMA deve permitir a definição de perfis de utilização individuais ou de grupos, para que cada usuário ou grupo de usuários possa, ou não, ter acesso a determinadas funções, centralizando ou descentralizando as atividades operacionais.			
RF15	O SISTEMA deve permitir a parametrização de acessos e permissões para usuários diferentes.			
RF16	A Contratada deve prover solução de PACS, indexação, gestão de armazenamento de imagens para os equipamentos - Mamógrafo, Raios-X clínico, Raios-X odontológico, Ultrassons, Teste Ergométrico, Eletrocardiógrafo, Eletroencefalógrafo, Aparelho de Acuidade Visual e Espirômetro, integrado juntamente com o sistema que será fornecido, podendo ser uma solução SaaS.			
RF17	Compatibilidade com os navegadores Firefox e/ou Google Chrome e/ou Internet Explorer em suas versões mais recentes.			
RF18	A empresa vencedora deve garantir todos os recursos de infraestrutura necessários relativos ao modelo SaaS ou em nuvem da Contratada e a qualidade do serviço.			
RF19	O SISTEMA deve possuir interfaceamento com dispositivo de câmera fotográfica (webcam).			
RF20	O SISTEMA deve permitir que a senha seja verificada e autenticada em código situado fora do alcance do usuário, e por meio de mecanismo que impeça fraudes de repetição, interceptação ou quebra de integridade na comunicação entre o cliente e o servidor de rede. Exemplo: injeção de SQL ou de java script.			
RF21	As senhas nunca devem ser exibidas em telas ou listagens de forma não mascarada.			
RF22	Possuir rotinas de backup segura e proativa das bases de dados envolvidas no ambiente e que garantam a proteção, estabilidade e total disponibilidade dos dados. As rotinas deverão ser diárias, semanais, mensais e anuais.			
RF23	Todos os formulários de entrada de dados pelo usuário deverão possuir mecanismos para evitar ataques de injeção de SQL ou execução de comandos maliciosos no SISTEMA operacional.			
RF24	Deve ser definido um pool de conexões que suporte o cenário mínimo descrito acima e um máximo razoável que atenda uma disponibilidade de pelo menos 98% das situações de uso.			
RF25	Para o serviço de Teleconsulta, a empresa deve garantir a disponibilidade do serviço, bem como a qualidade de som e vídeo aceitáveis para a interação entre equipe do Sesc - Ceará e cliente.			
RF26	O SISTEMA deve permitir o agendamento de consultas, exames e procedimentos online			

ANEXO IV - REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

ANEXO IV - REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

Neste tópico estão relacionados os requisitos não funcionais que o SISTEMA deve atender.

Orientações para o preenchimento da Planilha de Requisitos:

- Os requisitos listados no presente Anexo devem ser atendidos, preferencialmente, de forma nativa pela solução. Caso algum requisito não seja atendido nativamente, será permitido a sua implementação por meio de parametrização ou customização, limitado a 20% do total de requisitos constantes neste Anexo. As funcionalidades implementadas via customização devem ser incorporadas de forma transparente na solução, de forma que fiquem disponíveis por meio da interface gráfica.
- Na coluna **“Atende”** deverá informar se o requisito é atendido preenchendo: SIM ou NÃO.
- Na coluna **“Forma de Atendimento”**, indicar como o requisito será atendido (Nativo, Customização, Parametrização ou Não Atende);
- Na coluna **“Esforço para Customização ou Parametrização”**, quando for indicado na coluna “Forma de Atendimento” a opção “Customização” ou “Parametrização”, indicar o esforço em horas.

ANEXO IV - REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

Requisito	Código do Requisito	Descrição do Requisito	Atende: Sim ou Não	Forma de Atendimento (nativo, customização, parametrização ou não atende)	Esforço para Customização ou Parametrização (UST)
Requisitos não funcionais- Tecnológicos	RNF01	Arquitetura lógica deverá ser implementada através da plataforma Web para todos módulos, permitindo a operação de todas as suas funções através da Internet / Intranet com atualização e consulta dos dados de forma on-line e em tempo real, através de páginas HTML.			
Requisitos não funcionais- Tecnológicos	RNF02	A camada cliente deverá implementar as funcionalidades lógicas de apresentação e interação com o usuário, utilizando um navegador web e páginas HTML como interface.			
Requisitos não funcionais- Tecnológicos	RNF02	O SISTEMA deverá permitir que o usuário escolha uma impressora instalada no computador cliente antes de qualquer impressão.			
Requisitos não funcionais- Tecnológicos	RNF03	O SISTEMA deve exibir as informações no painel eletrônico de atendimento.			
Requisitos não funcionais- Tecnológicos	RNF03	O SISTEMA deve possuir identificação e autenticação por usuário e senha com certificação digital, para Prontuário Eletrônico.			
Requisitos não funcionais- Tecnológicos	RNF04	O SISTEMA deve possuir recurso para bloqueio de acesso após determinado número (parametrizável) de tentativas de sucesso do usuário.			
Requisitos não funcionais- Tecnológicos	RNF04	Os algoritmos de criptografia deverão ser baseados em padrões reconhecidos do mercado.			

Requisitos não funcionais- Tecnológicos	RNF05	O SISTEMA deverá manter backup semanal full completo da aplicação, considerando suas customizações (quando houver), além de backup diário de toda a base de dados. Tais backups devem ser mantidos em servidores diferentes dos servidores de produção e alocados fisicamente em outro local.			
Requisitos não funcionais- Tecnológicos	RNF05	Utilizar o serviço do Active Directory, sem utilizar Federation Services, para autenticação e validação de usuários ativos garantindo: 1. Inclusão, alteração e exclusão de colaboradores no Active Directory automaticamente reconhecidas no Sistema; 2. Acesso com login e senha de rede através do Active Directory automaticamente no Sistema.			
Requisitos não funcionais- Tecnológicos	RNF06	Os arquivos anexados e gerados pela solução devem ser hospedados, quando necessário, na mesma infraestrutura em nuvem da solução. Não requerendo recursos da contratante.			
Requisitos não funcionais- Tecnológicos	RNF06	O SISTEMA deve permitir a sua utilização em dispositivos mobile.			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF07	O SISTEMA deve permitir a solicitação de confirmação e/ou senha em ações ou funções críticas, restritas ou sigilosas.			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF07	O SISTEMA deve permitir o registro e bloqueio de acesso no caso de tentativas de acesso indevido, sendo esta função totalmente parametrizável.			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF08	O SISTEMA deve permitir a inativação automática de uma sessão de uso, após certo tempo de inatividade do usuário na aplicação, de forma parametrizável.			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF08	O SISTEMA deve permitir restringir o acesso de usuários específicos para determinados pontos de acesso.			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF09	Não deverão existir dados sensíveis em campos ocultos ou "cookies".			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF09	Os dados enviados para outros Sistemas deverão ser protegidos contra quebra de confidencialidade e integridade no trajeto.			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF10	O acesso deverá ser autorizado mediante senha única e individual para cada usuário, com rastreabilidade e controle de erros e de tentativas de invasão.			

Requisitos não funcionais - Segurança	RNF10	A segurança deverá ser definida e mantida pelo usuário administrador no próprio SISTEMA, sem a necessidade da intervenção de pessoal técnico da área de informática.			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF11	As rotinas de segurança deverão permitir o acesso dos usuários somente ao conjunto de objetos (menus, telas, informações, etc.) autorizado individualmente a cada usuário ou a seu grupo de usuários.			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF11	O SISTEMA deve possibilitar o gerenciamento de migração de usuários de forma automatizada na mudança de perfis de acesso.			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF12	O SISTEMA deve gravar automaticamente trilhas de auditoria e registros de controle, sem limite de tempo, para suas funcionalidades críticas, contendo, no mínimo as seguintes informações: usuário, data, hora, operação realizada e dados manipulados.			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF12	O SISTEMA deve disponibilizar consultas destinadas à auditoria de determinados dados e funções do SISTEMA.			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF13	O SISTEMA deve ter procedimentos que garantam cópias de segurança e o registro de histórico de ações (logs) onde aplicável, visando permitir a recuperação de erros, desastres e roll back de registros perdidos.			
Requisitos não funcionais - Segurança	RNF13	O SISTEMA deve realizar, onde for aplicável, a exclusão lógica dos dados, ou seja, o lançamento do fim da validade da informação sem sua remoção física. Deverá permitir, também onde for aplicável, desfazer ações executadas, com as transações de inclusões e estornos.			
Requisitos não funcionais - Qualidade	RNF14	O usuário deve poder executar tarefas distintas em uma única janela aberta no SISTEMA operacional, sem necessidade de navegar na barra de tarefas.			
Requisitos não funcionais - Qualidade	RNF14	O SISTEMA deve permitir a visualização dos relatórios na tela antes de sua impressão ou salvamento, podendo em seguida imprimi-lo ou salvá-lo em arquivo sem a necessidade de se trocar de tela.			
Requisitos não funcionais - Qualidade	RNF15	O SISTEMA deve possuir integração nativa entre seus módulos sem necessidade de execução de rotinas (automáticas ou não) para compatibilização de dados.			

Requisitos não funcionais - Qualidade	RNF15	A integração entre os módulos deve garantir que uma única transação executada pelo usuário desencadeie todas as ações pertinentes ou decorrentes, tornando os processos totalmente integrados entre si.			
Requisitos não funcionais - Qualidade	RNF16	Não deve haver cadastro redundante de informações, utilizando-se uma base de dados única para todos os módulos.			
Requisitos não funcionais - Qualidade	RNF16	O SISTEMA deve permitir a importação/exportação de toda ou parte da base de dados, priorizando formatos amplamente reconhecidos e suportados, adequados a cada contexto, como TXT (arquivo texto), XLS, XML (extensible Markup Language), dentre outros.			
Requisitos não funcionais - Qualidade	RNF17	O SISTEMA deve permitir que ferramentas externas (como geradores de relatório) acessem a base de dados do produto.			
Requisitos não funcionais - Qualidade	RNF17	As parametrizações feitas pelos usuários nas regras de negócio, fórmulas, configurações e parâmetros do SISTEMA deverão ser mantidas e preservadas quando ocorrerem atualizações de versão.			
Requisitos não funcionais - Qualidade	RNF18	O SISTEMA deve estar em conformidade com os padrões de mercado em termos de tempo de resposta, desempenho e performance em máquina, minimizando a utilização dos recursos computacionais.			
Requisitos não funcionais - Qualidade	RNF18	O SISTEMA deve ser multiusuário e garantir a disponibilidade e performance adequada independente da quantidade de sessões abertas.			
Requisitos não funcionais - Qualidade	RNF19	A interface gráfica dos relatórios e o modo de utilização do SISTEMA deverão ser padronizados. O Sesc - Ceará definirá a identidade visual e disponibilizará à Contratada os padrões que deverão ser utilizados em todo o SISTEMA.			
Outros Requisitos	RNF19	Todas as telas, menus, mensagens do SISTEMA, incluindo manuais e ajudas, deverão ser fornecidos em português do Brasil.			

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa (razão social da licitante), inscrita no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) (nome do representante legal), infra-assinado, para os fins do Pregão Eletrônico SESC xxx apresenta a seguinte proposta de preço:

LOTE ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT. MENSAL	QUANT. ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Validade da Proposta: 90 dias;

Vigência da Ata: 12 meses;

Local de Entrega: Endereços citados no termo.

Telefone/Fax: (xx) xxxx-xxxx; ATUALIZADO

E-mail: (fundamental para o envio da Ordem de Fornecimento e da Ata)

Banco: (xxxxxx)

Agência: (xxxxxx)

Nº da Conta Corrente: (xxxxxx)

Frete: Incluso.

O nosso preço total para contratação é de R\$_____ (_____).

Acompanham a nossa Proposta de Preços os documentos previstos neste Edital, bem como todos os demais julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação das propostas.

Fortaleza, Ceará, XXXXX de XXXX de 2026.

(Nome: legível e assinatura do representante legal da empresa)
Razão Social / CNPJ/ Endereço Completo

ANEXO VI – MINUTA ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/2026/SESC/AR/CE

I - SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO – SESC, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada pelo Decreto-Lei 9.853, de 13 de setembro de 1946, com inscrição no CNPJ/MF nº 03.612.122/0001-27 pertencente ao Sistema Fecomércio, através da sua Administração Regional no Estado do Ceará, com sede e foro na Rua Pereira Filgueiras, nº 1070, Aldeota, CEP nº 60.160-194, Fortaleza, Ceará, neste ato representado por seu Superintendente de Ações Integradas SESC/SENAC, conforme Resolução SESC nº 1320/2023 e SENAC nº 016/2023, o Sr. **HENRIQUE JORGE JAVI DE SOUSA**, doravante denominado **SESC**;

II - XXXXX, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXX, CNAE nº XXXXXXXXXXXXX, com sede e foro na XXXXXXXXXXXX, representado neste ato XXXXXXXX (em atenção à LGPD, os dados pessoais ficam arquivados no processo licitatório), doravante denominada **FORNECEDORA**.

FUNDAMENTOS NORMATIVOS

Os fundamentos normativos que regulam a presente Ata de Registro de Preço são os Regulamentos de Licitações e Contratos do **SESC** (1.593/2024), que nortearam todo o Processo **Pregão Eletrônico SESC 001/2026**, acompanhado do seu respectivo **Instrumento Convocatório SESC 011/2026**, bem como arts. 593 e seguintes do Código Civil Brasileiro que a **FORNECEDORA** declara conhecer e aceitar, tudo tramitado e autorizado no **SEND 79253**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA OBRIGAÇÃO DA FORNECEDORA – DO COMPROMISSO AO CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

1.1. A **FORNECEDORA** obriga-se, além das Cláusulas constantes nesta Ata, a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), procedendo ao tratamento de dados e comprometendo-se a manter o sigilo das informações prestadas pelo **SESC/AR/CE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto da presente Ata refere-se à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE COM CUSTOMIZAÇÃO, LICENÇAS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DE NOVAS VERSÕES PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO SESC CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO COM VIGÊNCIA DE 12 MESES, VISANDO ATENDER AS UNIDADES OPERACIONAIS NO QUAL CONSTAM MUNICÍPIOS NOS QUAIS O SESC DESENVOLVE AÇÕES EM SAÚDE (MUNICÍPIOS: FORTALEZA, CAUCAIA, IGUATU, SOBRAL, ITAPIPOCA, TABULEIRO DO NORTE, JUAZEIRO, CRATO, BREJO SANTO, ARACATI, CRATEÚS, IBIAPINA, QUIXERAMOBIM, GONÇALO DO AMARANTE), DE ACORDO COM AS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES, OBRIGAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES EXPRESSAS NESTE INSTRUMENTO.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Edital do Pregão Eletrônico SESC 001/2026, bem como seus anexos (TERMO DE REFERÊNCIA, PROPOSTA COMERCIAL) integram esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição para entrega dos produtos/materiais/serviços e todos os efeitos legais assim como as penalidades.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Consignam-se de forma expressa as seguintes informações:

- a) processo compartilhado: **Não**;
- b) número do protocolo interno/**SEND: 79253**;
- c) instrumento convocatório: **SESC XXX/2026**;
- d) data da publicação: **XXXX**;
- e) data da homologação: **XXX**;
- f) natureza do objeto: **Serviço**;
- g) categoria do objeto: **40 - Outros**;

- h) critério de julgamento: **Menor Preço por Lote**;
i) e-mail e telefone do SESC: Lara Silva Mendes Borges laramendes@sesc-ce.com.br - e Erika Patrícia Pinheiro Franklin – efranklin@sesc-ce.com.br - (85) 3495 8728;
j) e-mail e telefone da FORNECEDORA: XXX;
k) ID LICITA: XXX

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS QUANTIDADES E DO VALOR REGISTRADO

3.1. As quantidades, as descrições e os valores registrados do objeto desta Ata estão indicados na tabela a seguir:

LOTE ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT. MENSAL	QUANT. ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Embora tenha sido estimada a quantidade de itens a serem adquiridos, somente serão faturados e pagos os **PRODUTOS/SERVIÇOS EFETIVAMENTE SOLICITADOS/REALIZADOS** e liberados pela **FISCALIZAÇÃO** do **SESC/AR/CE** não estando estes, portanto, obrigados a adquirir a totalidade dos serviços objeto desta Ata, conforme proposta comercial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para efeito de garantia do produto ou serviço será considerado o prazo que estabelece a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e ocorrendo defeito ou vícios nos serviços e produtos, durante o período de cobertura previsto na legislação, deverá ser substituído por outro de igual ou melhor marca e serviço conforme legislação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

4.1. Este Registro de Preços tem vigência de **12 (doze) meses, com início em xx de xxx de 2026 até xx de xxx de 2027 ou até o término das quantidades registradas** e, em caso de prorrogação, aplicar-se-á o disposto no artigo 45 da Resolução 1.593/2024 SESC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão permitidas adesões à presente Ata de Registro de Preços, nos moldes das Resoluções que regem as contratações do **SESC/AR/CE** e na legislação correlata.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a **FORNECEDORA** assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os serviços homologados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A aquisição decorrente desta Ata será formalizada pela emissão da Ordem de Fornecimento ou outro documento que o substitua, a critério do **SESC/AR/CE**, a qual deverá ser assinada e retirada pela **FORNECEDORA**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o encaminhamento da ordem de fornecimento à fornecedora, conforme condições estabelecidas no ANEXO I do Edital.

PARÁGRAFO QUARTO – Mediante a retirada da ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO estará caracterizado o compromisso da entrega dos produtos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

5.1. Poderão aderir entidades do Sistema “S” que, não tendo participado do **Pregão Eletrônico SESC nº 001/2026**, atendam aos requisitos da norma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá à fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com os entes Gerenciadores e entes participantes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o ente Gerenciadores e ente Participante, independentemente do número de entidades não-participantes que aderirem.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As entidades não participantes, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o ente Gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

PARÁGRAFO QUARTO – Após a autorização do ente gerenciador, o ente não participante deverá efetivar a contratação solicitada, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO QUINTO – Caberá ao ente gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

PARÁGRAFO SEXTO – O ente Gerenciador não participante deverá encaminhar ao ente gerenciador, previamente à solicitação, Termo de Ciência informando os produtos e quantidades que serão adquiridos.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Ao ente Gerenciador não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pela fornecedora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ente gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO, DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e desta Ata, caberá ao fiscal do processo do **SESC/AR/CE**, competindo-lhe: a) notificar a empresa registrada para a execução dos serviços, informado as datas, os locais e o cronograma a ser executado; b) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens, cujos preços foram registrados, ver o que preceitua o Art. 42 da Resolução 1.593/2024 SESC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se durante o prazo de validade da ATA ocorrer algum fato que altere as condições da proposta apresentada inicialmente, desde que devidamente comprovada essa situação, o **SESC** poderá revisá-la e adequá-la à nova realidade por meio de uma negociação com a fornecedora, salvo se for mais conveniente o cancelamento do registro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em quaisquer das hipóteses, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando os preços inicialmente registrados, por motivo superveniente, tornarem-se superiores aos preços praticados no mercado, a Seção de Compras do **SESC/AR/CE** deverá convocar a **FORNECEDORA** a fim de negociar a redução dos preços de forma a adequá-los à média apurada.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e a **FORNECEDORA** apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o **SESC/AR/CE** poderá acolher o pedido, sem a aplicação de penalidade, mediante a confirmação da veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento seja apresentado antes da assinatura da Ata.

PARÁGRAFO QUINTO - Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da **FORNECEDORA** e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

PARÁGRAFO SEXTO - Serão considerados preços de mercado, os que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo **SESC/AR/CE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A alteração de preços oriunda de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será devidamente fundamentada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A **FORNECEDORA** terá o registro de preços cancelado:

I - Por iniciativa da Administração ou da **FORNECEDORA**, em conformidade com as hipóteses nas legislações do **SESC/AR/CE** e no instrumento convocatório.

II - Por iniciativa da Administração Regional do **SESC/AR/CE**, quando a **FORNECEDORA** der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços decorrente deste registro de preços, nas hipóteses previstas no art. 49 da Resolução 1.593/2024 SESC:

- a) Descumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado e;
- c) Quando, justificadamente, não for mais do interesse do **SESC**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cancelamento do registro de preços, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do **SESC/AR/CE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A notificação do cancelamento dos preços registrados será informada à **FORNECEDORA** por meio de correspondência eletrônica, que deverá ser juntado no processo administrativo respectivo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da **FORNECEDORA**, a comunicação será feita por publicação no jornal de grande circulação, considerando-se cancelado o preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO - A solicitação da **FORNECEDORA** para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com base nas previsões objetivas ou por motivo de caso fortuito e/ou força maior.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso se abstenha da prerrogativa de cancelar a Ata, o **SESC/AR/CE** poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das notas fiscais, até que a **FORNECEDORA** cumpra integralmente a condição infringida.

PARÁGRAFO SEXTO - O cancelamento do preço registrado implica na cessação de todas as atividades da **FORNECEDORA** relativas ao respectivo registro.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nos casos em que a **FORNECEDORA** sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste instrumento desde que a execução da presente Ata não seja afetada e que a **FORNECEDORA** mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O valor global estimado do presente instrumento é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx)** alusivo ao valor dos itens homologados e adjudicados em favor da **FORNECEDORA**. O valor descrito é uma mera estimativa, não implicando obrigação do **SESC/AR/CE** na utilização integral do mesmo.

8.2. O pagamento será realizado proporcionalmente aos serviços devidamente executados e aprovados pelo setor competente do **SESC/AR/CE** mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura correspondente, em **até 15 (quinze) dias consecutivos** após a execução do objeto. Caso a nota fiscal/fatura apresente alguma incorreção em sua emissão ou não seja por qualquer motivo atestada pela área solicitante, o documento será devolvido à **FORNECEDORA** e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo acima descrito, sem qualquer ônus adicional para o **SESC/AR/CE**.

8.2.1. O pagamento à Fornecedora será feito por etapa executada, de acordo com o quadro abaixo:

Projeto				
Etapas		Proporção	Critérios	Pagamento
1	Implantação da solução - Sesc Fortaleza (projeto de implantação, disponibilização de usuários, parametrização, treinamento de formação de multiplicadores e operação assistida)	40%	Mediante aceite do Sesc e apresentação de nota fiscal	30% no início da implantação 70% no final da implantação
2	Implantação da solução - Sesc Panorama (projeto de implantação, parametrização, treinamento de formação de multiplicadores e operação assistida)	15%		20% no início da implantação 80% no final da implantação
3	Implantação da solução - Sesc Juazeiro do Norte (projeto de implantação, parametrização, treinamento de formação de multiplicadores e operação assistida)	15%		20% no início da implantação 80% no final da implantação
4	Implantação da solução - Sesc Crato (projeto de implantação, parametrização, treinamento de formação de multiplicadores e operação assistida)	15%		20% no início da implantação 80% no final da implantação
5	Implantação da solução - Unidades Móveis (projeto de implantação, parametrização, treinamento de formação de multiplicadores e operação assistida)	15%		20% no início da implantação 80% no final da implantação
6	Customização	100%		100% após entrega

I - O objeto desta Ata deverá ser entregue no endereço indicado nas Ordens de Fornecimento, sem qualquer ônus ao **SESC/AR/CE** pelas despesas decorrentes dos deslocamentos, transporte dos equipamentos/produtos/materiais, inclusive eventual recolhimento de diferença de alíquota de ICMS quando da hipótese de entrada do (s) produto (s) no Estado do Ceará.

II - A respectiva nota fiscal deverá estar devidamente discriminada com o CNPJ da Unidade do **SESC/AR/CE**, responsável pela emissão da ordem de serviço. Ou seja, a emissão da nota fiscal deve obrigatoriamente constar o CNPJ da unidade requisitante dos serviços, conforme unidades especificadas abaixo.

III – Os locais de execução e os CNPJS para faturamento obedecem as tabelas abaixo:

RAZÃO SOCIAL:	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC - AR.CE. - SESC FORTALEZA
CNPJ:	03.612.122/0002-08
ENDEREÇO:	RUA CLARINDO DE QUEIROZ 1740
CIDADE:	FORTALEZA - CE
CEP:	60035-131

RAZÃO SOCIAL	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC - AR.CE. - SESC JUAZEIRO
CNPJ:	03.612.122/0006-31
ENDEREÇO	RUA DA MATRIZ 227 CENTRO
CIDADE	JUAZEIRO DO NORTE - CE
CEP:	63010-040

RAZÃO SOCIAL	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC - AR.CE. - SESC CRATO
CNPJ:	03.612.122/0007-12
ENDEREÇO	RUA ANDRE CARTAXO 443 CENTRO
CIDADE	CRATO - CE
CEP:	63100-000

RAZÃO SOCIAL	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC - AR.CE. - SESC PANORAMA
CNPJ:	03.612.122/0028-47
ENDEREÇO	R SEN JAGUARIBE, 324, BAIRRO: MOURA BRASIL, CEP 60.010-010
CIDADE	FORTALEZA - CE
CEP:	60.010-010

RAZÃO SOCIAL	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC - AR.CE. - SESC ADMINISTRAÇÃO
CNPJ:	03.612.122/0001-27
ENDEREÇO	RUA PEREIRA FILGUEIRAS, 1070 - CENTRO
CIDADE	FORTALEZA - CE
CEP:	60160-194

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá à **FORNECEDORA** apresentar, juntamente com o documento fiscal, os comprovantes atualizados de:

- a) Certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- b) Certidão negativa de débitos tributários estaduais;

- c) Certidão negativa de débitos tributários municipais;
- d) Certificado de regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida à **FORNECEDORA** para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

8.3. O **SESC/AR/CE** reserva-se o direito de recusar o pagamento se o objeto homologado não estiver sendo prestado de acordo com o proposto, aceito.

8.4. Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento, em especial a não apresentação das certidões e demais documentos exigidos na presente Ata, pela apresentação de certidões vencidas ou que perderam a vigência e pela apresentação de documentação em desacordo com o que foi estabelecido, o pagamento somente será efetuado após decisão administrativa.

8.5. O **SESC/AR/CE** poderá deduzir do montante a pagar, as indenizações devidas pela **FORNECEDORA**, em razão da inadimplência, nos termos da presente Ata.

8.6. Caso a **FORNECEDORA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

8.7. A **FORNECEDORA** apresentará a nota fiscal, para liquidação e pagamento até o último dia útil de cada mês, desde que a nota fiscal seja entregue de acordo com o calendário de pagamentos do **SESC/AR/CE**. O crédito será efetuado em conta bancária de titularidade da **FORNECEDORA** conforme apresentação de suas notas fiscais devidamente atestadas e aceitas.

8.8. As notas fiscais / faturas, não aprovadas pelo **SESC/AR/CE** serão devolvidas à **FORNECEDORA**, para as correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, recontando-se o prazo para pagamento a partir da reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.

8.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a fornecedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **SESC/AR/CE**.

8.10. Eventuais solicitações da **FORNECEDORA**, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico- financeiro da Ata, deverão ser acompanhadas da efetiva comprovação da superveniência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que acarrete grave desequilíbrio da Ata, não imputável diretamente à **FORNECEDORA**, bem como da demonstração comprovando a alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, em conformidade com o Artigo 51 da Resolução 1.593/2024 SESC.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser aplicado reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico financeiro, em decorrência de eventual redução dos preços de mercado ou de fato que eleve o custo de serviços ou bens

registrados, aplicando-se as normas e os mesmos pressupostos previstos no artigo 51 da Resolução 1.593/2024 SESC.

9.2. Nas hipóteses de reajuste, o índice a ser aplicado será aquele que ordinariamente o Departamento Regional já aplica em seus instrumentos contratuais e congêneres.

9.3. A fornecedora ao solicitar um reequilíbrio contratual, deverá enviar ao SESC/AR/CE a comprovação de que os itens estão abaixo do praticado pelo mercado, com comprovações, tais como notas fiscais dos últimos serviços realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO E DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. **No máximo em 10 dias corridos após a assinatura da Ata de Registro de Preço**, a **FORNECEDORA** deverá reunir-se com representantes do Sesc CE para o planejamento e elaboração de projeto da instalação do novo software e planejamento das customizações, implementação.

10.1.1. Nesta reunião, deverá ser alinhado com o **SESC** todas as etapas necessárias para início, execução/implantação e conclusão deste projeto com a definição dos marcos para a entrega e homologação do conjunto de produtos que correspondem ao término de cada fase/etapa definidas neste Termo, sendo que:

10.1.1.1. **O processo de desenvolvimento das parametrizações e customizações** citadas na proposta técnica da FORNECEDORA para o SISTEMA **devem ser concluídos no prazo de até 40 dias corridos** a contar do dia da assinatura da Ata de Registro de Preço;

10.1.1.1.2. **O fornecimento das licenças** de uso deverá estar **concluído no prazo de até 20 dias corridos** a contar do dia da assinatura da ARP.

10.2. Caberá à Fornecedora o planejamento e a execução dos procedimentos de implantação em produção dos diversos módulos do SISTEMA.

10.3. A Fornecedora deverá executar os procedimentos de implantação do módulo em ambiente de produção e realizar os testes finais nesse ambiente juntamente com os usuários. Isso deve ser feito antes da disponibilização do SISTEMA para uso, fazendo uma última avaliação de funcionalidades e desempenho, e realizando os últimos ajustes nos programas e rotinas.

10.4. Para o início de operação do SISTEMA em produção, a Fornecedora deverá ter previamente preparado todo o ambiente de produção, incluindo a instalação, migração de dados cadastrais, parametrizações e customizações e a disponibilização de acesso para os usuários finais.

10.5. Com a realização dos testes e ajustes finais e aprovação formal do usuário, o SISTEMA será então liberado integralmente para uso.

10.6. A Fornecedora deverá dispor dos serviços de comunicação via SMS e Whatsapp, a fim de realizar disparos de mensagens informativas, lembretes e notificações aos usuários do sistema de saúde, configuração de integração do sistema de disparo com a plataforma do **SESC CE**, envio de mensagens em massa via SMS e Whatsapp, Relatórios sobre a entrega e leitura das mensagens e Suporte Técnico para a comunicação do sistema.

10.7. A Fornecedora deverá garantir segurança e integridade das informações de todos os sistemas e seus bancos de dados, mantendo rotinas automatizadas de backups (cópias de segurança), que permitam recuperar totalmente as informações ou de forma granular, no caso de alguma anomalia no seu funcionamento

ou falha de segurança por algum outro meio, com retenção mínima do backup de 30 dias corridos. Os backups deverão ser realizados diariamente.

10.8. A Fornecedora deverá ofertar o fornecimento e configuração de totens interativos que visam melhorar a experiência do usuário no Sistema de Saúde do SESC CE. O software deve ser compatível com os sistemas já utilizados pelo SESC CE. A solução deve permitir atualizações e personalizações regulares. Deve haver suporte técnico para manutenção e resolução de problemas.

10.9. A execução dos serviços não exclui a responsabilidade da Fornecedora pela qualidade e característica dos serviços, cabendo-lhes sanar quaisquer irregularidades.

10.10. Todos os itens a serem utilizados na execução do serviço serão fornecidos pela **FORNECEDORA** sem ônus para o Sesc.

10.11. No valor da proposta deverá estar incluído o custo da mão -de -obra, embalagem, frete, contribuições sociais, impostos, taxas e outras despesas que incidirem sobre o objeto, não se admitindo a cobrança de qualquer item não previsto nesta ARP.

10.12. PRAZOS DE EXECUÇÃO

10.12.1. Reunião de Planejamento: Em 10 (dez) dias úteis após a assinatura da Ata de Registro de Preço, a Fornecedora deverá reunir-se com representantes do Sesc Ceará para o planejamento da instalação do novo software e planejamento das customizações (se houver).

10.12.1. Nesta reunião, deverá ser alinhado com o SESC todas as etapas necessárias para a conclusão deste projeto com a definição dos marcos para a entrega e homologação do conjunto de produtos que correspondem ao término de cada fase/etapa definidas neste Termo de Referência.

10.13. Customizações: O processo de customização do SISTEMA (se houver), deve ser iniciado a partir da assinatura da Ata de registro de Preço.

10.14. Todas as Parametrizações e Customizações necessárias para atendimento às especificações contidas nesta Ata de Registro de Preço devem estar concluídas em até 40 dias após a assinatura desta.

10.15. Implantação: Conclusão da implantação na unidade do SESC Fortaleza em até 40 dias, após assinatura da Ata de Registro de Preço por todas as partes envolvidas.

10.16. O fornecimento das licenças de uso, documentação, implantação e configuração do software nos servidores e disponibilização dos ambientes de homologação e produção deverão estar concluídos no prazo de até 20 dias após a assinatura da ARP.

10.17. Suporte Técnico: deverá estar disponível a partir da implantação em produção do último módulo do SISTEMA na primeira unidade de saúde o Sesc Ceará até o final da vigência da ARP.

10.18. As manutenções corretivas decorrentes de erros ou falhas, necessárias ao bom funcionamento do software, serão de inteira responsabilidade da Fornecedora, portanto sem qualquer ônus ao Sesc Ceará.

10.19. O cronograma a seguir estabelece etapas para a implantação e os prazos máximos para a conclusão destas etapas, que deverão ser observados pela Fornecedora quando da elaboração do plano de trabalho para a implantação:

Etapa	Prazo
Assinatura da ARP	Após término das etapas administrativas
Reunião de Planejamento e Definição de Projeto	10 dias corridos
Parametrização e Customização do SISTEMA para SESC Fortaleza	40 dias corridos
Implantação da solução e fornecimento de licenças da unidade SESC Fortaleza	40 dias corridos
Implantação do SISTEMA e fornecimento de licenças nas outras unidades de saúde do Sesc Ceará	60 dias corridos

10.20. O SISTEMA deve ser totalmente parametrizável e personalizável, de acordo com as necessidades do Sesc Ceará.

10.21. O SISTEMA deverá disponibilizar acesso simultâneo de profissionais, atendentes e administrador, com previsão inicial de disponibilidade para 175 perfil profissional, prevendo ampliação de acesso.

10.22. Deve ser disponibilizado o Manual do Usuário em português (do Brasil).

10.23. A implantação do SISTEMA deverá atender às unidades fixas conforme portfólio a seguir, bem como prevê ampliação destes serviços:

- Central de esterelização de material
- Serviço de Educação em saúde
- Consultas Médicas: cardiologia, clínica geral, médico da família, dermatologia, geriatria, ginecologia, ortopedia, oftalmologia, pediatria, psiquiatria, medicina do trabalho, dentre outros
- Consultas Assistenciais: fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, nutrição, enfermagem;
- Serviços ambulatoriais: pré-consulta e consulta ambulatorial;
- Exames complementares: Teste ergométrico, ECG, holter, mapa, ultrassom e audiometria;
- Exames laboratoriais e vacinação;
- Outros serviços: acupuntura e estética corporal e facial.

10.24. A FORNECEDORA deve realizar treinamento e capacitação dos usuários e administradores.

10.25. A FORNECEDORA deve oferecer serviço de suporte técnico de segunda a sexta feira das 8:00 às 18:00 horas e sábado de 8:00 às 14:00 para resolução de dúvidas e problemas, fornecimento de novas versões e correções de erros.

10.26. Os requisitos técnicos obrigatórios em cada módulo supracitado devem ser de acordo com o descrito no

ANEXO II - REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS.

10.27. DAS LICENÇAS

10.27.1. A Fornecedora deverá ceder ao Sesc Ceará o direito de uso do SISTEMA, em caráter definitivo e não exclusivo, para uma quantidade máxima de 175 perfis profissionais durante toda vigência da ARP e de suas eventuais prorrogações, observada as condições estabelecidas neste instrumento.

10.27.2. O Sesc não arcará com custos ligados a ambientes de simulação e treinamento. Todas as melhorias e demandas serão homologadas em outro ambiente que não seja a produção. Ou seja, é de responsabilidade da

Fornecedora arcar com os custos ligados a aplicações adicionais que fazem parte da solução.

10.27.3. Deverá ser fornecido um conjunto completo de manuais técnicos originais dos softwares componentes do sistema, em português do Brasil. Os manuais poderão ser apresentados de forma eletrônica

10.28. SUPORTE TÉCNICO PARA SUSTENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

10.28.1. A Fornecedora deverá fornecer serviço de suporte técnico, incluindo resolução de dúvidas, fornecimento de novas versões e correções de erros, durante período de duração do contrato a contar a partir da implantação em produção do último módulo do SISTEMA, sendo responsabilidade da Fornecedora o perfeito funcionamento do mesmo.

10.29. O atendimento compreenderá os seguintes serviços:

10.29.1. Resolução de dúvidas técnicas e correção de erros relativos à infraestrutura do SISTEMA, configurações de hardware e software, assim como cópia de segurança dos dados (i.e., backup) e sua restauração;

10.29.2. Correção de erros provenientes de atualizações de versões, incluindo aqueles resultantes de incompatibilidade da nova versão com o ambiente operacional (i.e., infraestrutura) existente;

10.29.3. Correção de erros do SISTEMA, incluídos os erros intrínsecos causados por erros de programação e customização (i.e., código defeituoso), erros relativos à instalação, configuração e parametrização do SISTEMA, à migração e carga de dados e às integrações realizadas;

10.29.4. Direito às atualizações dos releases ou versões lançadas pelo fornecedor. As novas versões devem contemplar as adaptações, modificações ou extensões desenvolvidas para atender às necessidades específicas do Sesc Ceará.

10.30. Todos os erros, vícios e falhas em produtos entregues ou serviços executados deverão ser sanados pela Fornecedora de forma definitiva, sem ônus para o Sesc Ceará, mesmo que a correção acarrete alteração em outros produtos ou serviços executados pela Fornecedora.

10.31. O serviço de suporte técnico não se aplica às situações onde a origem do problema decorra de falhas de infraestrutura ou de componentes de terceiros (hardware ou software) e que repercutam no SISTEMA, a menos que seja comprovado que o problema foi proveniente de atualização de versão do SISTEMA.

10.32. A Fornecedora deverá registrar o chamado em SISTEMA próprio via plataforma de atendimento online.

10.33. O número de chamados para o suporte deverá ser ilimitado e não poderá haver restrições, por parte da Fornecedora, quanto ao tempo despendido para cada atendimento.

10.34. O Suporte não deverá implicar custos adicionais, além dos valores definidos na Proposta Comercial da Fornecedora.

10.35. A correção de erros poderá ser feita on-site, ou seja, nas dependências do Sesc Ceará, ou através de suporte remoto, no qual a Contratada se conectará aos equipamentos do Sesc Ceará, após prévia e expressa autorização.

10.36. A Fornecedora deverá prestar o serviço de suporte técnico em conformidade com o nível de serviço exigido a seguir:

Níveis de Serviço		
Categoria	Descrição	Prazo máximo de resposta
Baixa	O usuário não precisa de uma solução imediata. O obstáculo no trabalho de usuários individuais e/ou uma solução aceitável está disponível.	72 horas úteis
Média	O usuário não precisa de uma solução imediata. Interrupção do trabalho de usuários individuais e nenhuma solução aceitável está disponível.	72 horas úteis
Alta	O usuário precisa de uma solução imediata. Interrupção dos processos críticos, afetando usuários individuais e nenhuma solução aceitável está disponível.	8 horas úteis
Urgente	O usuário precisa de uma solução imediata. Interrupção dos processos críticos, afetando diversos usuários e nenhuma solução aceitável está disponível.	4 horas úteis

10.37. Considera-se como hora útil aquela compreendida das 07:00 horas às 18:00 horas, de 2ª a 6ª feira e sábado de 8:00 às 12:00 horas, conforme o calendário de feriados nacional.

10.38. O Sesc Ceará poderá autorizar a prorrogação do prazo máximo de solução de um chamado, desde que seja justificada pela Fornecedora.

10.39. A justificativa de prorrogação deverá ser apresentada ao Sesc Ceará antes de finalizar o prazo de solução máximo do chamado.

10.40. DA CONFIDENCIALIDADE

10.40.1. A Fornecedora e seu pessoal, não poderão revelar em nenhum momento a qualquer pessoa ou entidade nenhuma informação relativa aos dados manipulados durante a migração, implantação e “operacionalização” do SISTEMA, tais como prontuários médicos, informações de pacientes, resultados de exame etc.

10.41. É de total responsabilidade da Fornecedora a garantia de confidencialidade das informações e dos dados enviados pelo Sesc Ceará a ela.

10.42. É vedado à Fornecedora o uso, distribuição, divulgação ou comercialização das informações e dados do Sesc Ceará, seja por qualquer tipo de interesse ou por negligência ou imperícia de funcionários da Fornecedora.

10.43. Caso aconteça vazamento de informações ou de dados, e se comprove a responsabilidade da Fornecedora, esta responderá pelos danos causados ao Sesc Ceará.

10.44. A Fornecedora deverá celebrar um acordo operacional que garantam medidas de proteção de dados e vazamento de informações.

10.45. Fornecedora deverá apresentar um plano com todas as medidas de segurança adotadas para garantir a correta proteção de dados armazenados no seu sistema.

10.46. A Fornecedora deve atender todas as normas da Lei Geral de Proteção de Dados 13.709/2018, obrigatoriamente a partir da data de sua publicação.

10.47. DA IMPORTAÇÃO DE DADOS

10.47.1. No caso da necessidade de uma importação de dados cadastrais, caberá à Fornecedora disponibilizar o layout de importação de forma que o Sesc Ceará consiga preencher as informações no layout disponibilizado e enviar para a Fornecedora importar no novo sistema.

10.47.2. Caso após a importação de dados seja identificada qualquer inconsistência, será avaliado entre as partes se a causa está no sistema ou na origem da informação. Caso a inconsistência esteja relacionada ao sistema, será de responsabilidade da Fornecedora a correção e, se for necessário, uma nova importação dos dados.

10.47.3. A importação de dados deverá ocorrer, inicialmente, em ambiente de homologação para que sejam feitos os testes e validações.

10.48. DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO

10.48.1. As unidades estão localizadas conforme abaixo:

Unidade	Endereço	Método de Implantação
Sesc Fortaleza	Rua Clarindo de Queiroz, 1740, Centro	Presencial
Sesc Juazeiro do Norte	Rua da Matriz, 227, Centro, Juazeiro do Norte-CE	
Sesc Crato	Rua André Cartaxo, 443, São Miguel, Crato-CE	
Sesc Panorama	Rua Senador Jaguaribe, nº 324, Centro, Fortaleza-CE	
Sede Administração	R. Pereira Filgueiras, 1070 - Centro, Fortaleza - CE	

10.49. A fornecedora deverá manter backup semanal full completo da aplicação, considerando suas customizações (quando houver), além de backup diário de toda a base de dados. Tais backups devem ser mantidos em servidores diferentes dos servidores de produção e alocados fisicamente em outro local.

10.50. Os serviços contratados deverão incluir também a prestação de serviços de apoio à análise, projeto de implantação, parametrização, integração e operação assistida para início de utilização do software, bem como ter treinamento dos usuários, garantia de atualizações de versão, suporte técnico, manutenções preventivas e corretivas durante o período de vigência da Ata de Registro de Preço.

10.51. O Sistema para gestão de serviços de saúde do Sesc Ceará deve compreender todos os itens discriminados a seguir:

1. Módulo Agendamento;
2. Módulo Agendamento Web;
3. Módulo Atendimento;
4. Módulo Estoque;
5. Módulo Gestão de Custos;

6. Módulo Faturamento;
7. Módulo Relatórios, Pesquisas e Indicadores de Gestão;
8. Módulo Gestão;
9. Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP);
10. Módulo Laudos;
11. Módulo Serviços de Comunicação via SMS e whatsapp, disparos de mensagens informativas, lembretes e notificações aos usuários do sistema de saúde

10.52. Quadro com a distribuição dos módulos por unidade, podendo haver previsão de ampliação dos Serviços de saúde em outras unidades do Sesc Ceará:

MÓDULOS	SESC FORTALEZA	SESC JUAZEIRO DO NORTE	SESC CRATO	SESC PANORAMA	SEDE
Módulo Agendamento	X	X	X	X	
Módulo Agendamento Web	X	X	X	X	
Módulo Atendimento	X	X	X	X	X
Módulo Estoque	X	X	X	X	X
Módulo Gestão de Custos	X	X	X	X	X
Módulo Faturamento	X	X	X	X	X
Módulo Relatórios, Pesquisas e Indicadores de Gestão	X	X	X	X	X
Módulo Gestão	X	X	X	X	X
Módulo Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)	X	X	X	X	X
Módulo Laudos	X	X	X	X	X
Módulo Serviços de Comunicação via SMS e whatsapp, disparos de mensagens informativas, lembretes e notificações aos usuários do sistema de saúde	X	X	X	X	

10.53. Quaisquer outras formas de execução estarão previstas no TR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

11.1 Obriga-se a **FORNECEDORA** a:

- I. Executar fielmente o objeto homologado nas condições e prazos estabelecidos conforme as especificações contidas em sua proposta;
- II. Manter-se durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de rescisão unilateral;
- III. Realizar suas atividades utilizando profissionais regularmente contratados e especializados em suas funções, atendendo à exigência de experiência e formação convencionada. Cabe a **FORNECEDORA** total e exclusiva responsabilidade pela condução e coordenação de seu pessoal para a execução do objeto homologado, além de atender integralmente a toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe

- atribua responsabilidades, com ênfase na previdenciária, na trabalhista, sindical, tributária e cível em especial medicina e segurança do trabalho;
- IV.** Arcar com as despesas pelo cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas, encargos sociais, transporte, hospedagem, alimentação, frete, entrega, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e demais despesas diretas e/ou indiretas, necessárias à execução total do objeto homologado, inexistindo qualquer tipo de solidariedade do **SESC/AR/CE**, para com a **FORNECEDORA** quanto a estas obrigações;
- V.** Cumprir fielmente o objeto homologado, de modo que se realize com esmero e perfeição e no prazo estabelecido, executando-o sob sua inteira responsabilidade e responsabilizando-se pela procedência, qualidade e entrega dos itens;
- VI.** Substituir o serviço, desde que seja comprovada a impossibilidade de execução, ou de outras razões afins que o levem a ser considerado impróprio sem ônus para o **SESC/AR/CE**.
- VII.** Não transferir a terceiros a execução do objeto do presente instrumento, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do **SESC/AR/CE**;
- VIII.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do **SESC/AR/CE** ou em qualquer outro local onde estejam prestando os serviços objeto do presente instrumento, devendo adotar as providências que exigir a legislação em vigor;
- IX.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas vigentes de segurança do trabalho de modo a comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o objeto homologado;
- X.** Cumprir as leis e regulamentos de que tratam a segurança do trabalho, bem como as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais postulados vigentes;
- XI.** Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte do **SESC/AR/CE**, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram, objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a entrega dos itens;
- XII.** Responder perante o **SESC/AR/CE** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto desta Ata;
- XIII.** Informar imediatamente ao **SESC/AR/CE** toda e qualquer excepcionalidade durante a execução do objeto desta, que possam por ventura atrasar o serviço e/ou as condições de entrega e execução bem como providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à entrega dos serviços;
- XIV.** Cumprir os critérios de sustentabilidade quanto ao objeto homologado, observando fielmente o que preceitua as boas práticas e a legislação vigente sobre a matéria;
- XV.** Não empregar menores de 18 (dezoito anos) em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;
- XVI.** Não empregar trabalhadores em trabalhos degradantes ou forçados;
- XVII.** Quando da necessidade de apresentação de relatórios, imprimi-los, preferencialmente, em papel reciclado;
- XVIII.** Zelar pela imagem institucional do **SESC/AR/CE**;
- XIX.** Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua aplicação;
- XX.** Arcar com qualquer prejuízo causado ao **SESC/AR/CE** ou a terceiros por seus empregados durante a execução dos serviços;
- XXI.** Assumir todos os ônus decorrentes da execução da garantia e responsabilizar-se pela perfeita execução de todas as obrigações delas decorrentes;
- XXII.** Comunicar ao **SESC/AR/CE**, em tempo hábil que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- XXIII.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

XXIV.A FORNECEDORA deverá manter os serviços, independente se estiver com solicitação de reequilíbrio dos preços dos itens. Atendendo as necessidades das unidades **SESC/AR/CE**;

XXV.A FORNECEDORA deverá manter o **SESC** informado de mudanças dos seus meios de comunicações (e-mails, telefones e afins), para melhor atender as necessidades;

XXVI. Demais obrigações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO SESC/AR/CE

12.1. Obriga-se o **SESC/AR/CE** a:

- I. Efetuar o pagamento na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas;
- II. Exigir o cumprimento do objeto, segundo suas especificações, prazos e demais condições;
- III. Apresentar programação à **FORNECEDORA**, a fim de auxiliar na organização da correta execução da mesma;
- IV. Notificar imediatamente a **FORNECEDORA**, sobre as falhas ou defeitos observados na execução do objeto homologado;
- V. Denunciar à CAIC casos de descumprimento desta Ata para que procedimento administrativo seja iniciado ou outra medida de negociação;
- VI. Nomear um ou mais empregados para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços com ampla fiscalização. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da **FORNECEDORA** em relação ao objeto homologado;
- VII. Manter entendimento com a **FORNECEDORA** objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a execução do objeto;
- VIII. Acompanhar a execução e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da fornecedora, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;
- IX. Rejeitar, no todo ou parte, os serviços que a **FORNECEDORA** executar fora das especificações;
- X. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc. (se couber ao objeto) e;
- XI. Demais obrigações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. O **SESC/AR/CE** indica como **gestores** a fim de dirimir quaisquer dúvidas ou prestar informações acerca do objeto homologado, as senhoras **Lara Silva Mendes Borges e Erika Patrícia Pinheiro Franklin** e, como **fiscais**: **Lady Diana Arruda Mota** (Sesc Fortaleza); **Layla Camilla de Souza Noronha** (Sesc Panorama); **Márcia Acioly Lins Figueira** (Sesc Crato); **Ana Paula Custodio Ferreira** (Sesc Juazeiro) e **Wagner Costa Viana** (Gerência de Tecnologia da Informação), todos, responsáveis pelo conferência da execução dos serviços, anotando em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados na execução do objeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quaisquer exigências da Fiscalização/Gestão contratual, inerentes ao Objeto homologado, deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para o **SESC/AR/CE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Fiscais/Gestores deverão ser solicitadas ao seu Gestor Superior, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, caso não solucionadas, serão remetidas para a Comissão de Análise de Infrações Contratuais – CAIC.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os Fiscais/Gestores poderão solicitar reuniões com os representantes da **FORNECEDORA**, acerca das boas práticas do cumprimento do objeto da Ata e os esclarecimentos que se fizerem necessários.

PARÁGRAFO QUARTO – Os Fiscais/Gestores poderão, por amostragem ou solicitação periódica, fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela **FORNECEDORA**, quando se tratar de contrato/ata que no objeto se depreenda que envolve a prestação de mão de obra.

PARÁGRAFO QUINTO – A fiscalização será exercida no interesse do **SESC/AR/CE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **FORNECEDORA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do **SESC/AR/CE** ou de seus agentes e prepostos.

PARÁGRAFO SEXTO – A **FORNECEDORA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, documentos correspondentes às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, esclarecimentos, soluções e informações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os parâmetros a serem observados pela gestão e fiscalização, no decorrer da prestação dos serviços, estão estipulados também no inciso II da Cláusula Décima Nona do TR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES

14.1. Pelo atraso injustificado na execução desta Ata ou pela sua inexecução total ou parcial, a **FORNECEDORA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto homologado;

II - Multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias consecutivos. Após o décimo quinto dia e a critério do **SESC/AR/CE**, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III - Multa compensatória equivalente a 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

IV - Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

V - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com o **SESC/AR/CE**, por um período não superior a 06 (seis) anos (*art. 39, inciso III combinado com os arts. 40 e 41 da Resolução 1.593/2024 SESC*).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A multa aplicada será descontada das faturas emitidas pela **FORNECEDORA** ou se insuficiente, o valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do **SESC**, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O **SESC/AR/CE** poderá rescindir a Ata, independentemente de qualquer aviso judicial ou extrajudicial, sem qualquer tipo de indenização, na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- I. Pela paralisação ou interrupção no fornecimento dos itens ou execução dos serviços, ressalvados os casos fortuitos e/ou de força maior;
- II. Pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas e/ou condições pactuadas na Ata;
- III. Pela paralisação ou interrupção na execução do objeto por iniciativa do **SESC/AR/CE**, ou por não mais lhe interessar dita prestação/aquisição, sendo comunicado e justificado com antecedência mínima de 30 dias por Ofício ou Distrato Contratual e;
- IV. Pelo não aceite da redução do preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado pelo mercado.

15.2. Poderá, ainda, rescindir nas seguintes hipóteses:

- 1. **Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame;**
- 2. **Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou da Ata;**
- 3. **Comporta-se de modo inidôneo;**
- 4. **Fizer declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou ata;**
- 5. **Cometer fraude de qualquer natureza;**
- 6. **Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;**
- 7. Pela interrupção da entrega dos produtos por parte da **FORNECEDORA**, ressalvados os casos de natureza fortuita ou força maior;
- 8. Pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições ora estipuladas.

I – Para condutas descritas nos itens **1, 2, 3, 4, 5 e 6** ensejarão impedimento do direito de licitar e terão abrangência nacional, por prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos;

II – Pela inexecução total ou parcial do objeto homologado, o **SESC/AR/CE** poderá, garantindo a prévia defesa, aplicar aos fornecedores, ainda, as sanções previstas no Edital, na Resolução nº 1.593/2024 SESC, além das penalidades específicas previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DIRETRIZES ANTICORRUPÇÃO

16.1. As partes concordam que executarão as obrigações contidas no Edital, nos anexos, nesta Ata e nos aditivos quando formalizados de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao **SESC/AR/CE** na forma da lei vigente.

I - As partes assumem que são expressamente contrários à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do **SESC/AR/CE**.

II - Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata e dos aditivos quando formalizados, ou de outra forma que não relacionada nesta, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

III - As partes comprometem-se a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Integram esta Ata, o Termo de Referência, a homologação do certame, bem como a proposta da **FORNECEDORA**.

PARÁGRAFO ÚNICO – As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, as partes elegem o Foro de Fortaleza, Ceará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da aplicação deste instrumento, as quais não tenham sido resolvidas em comum acordo.

E, por estarem assim justos e acertados, os contratantes assinam este documento, em suas 02 (duas) vias de igual teor e forma, todas extraídas para um mesmo fim, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas, que a tudo assistiram e acharam conforme.

Fortaleza, Ceará, xx de xxx de 2026.

SESC:

HENRIQUE JORGE JAVI DE SOUSA
SUPERINTENDENTE DE AÇÕES INTEGRADAS DO SESC/SENAC/AR/CE

FORNECEDORA:

XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

01. _____ CPF nº _____

02. _____ CPF nº _____